



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA**

JOSÉ FERNANDO DE MATOS

**O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO
EM ANGOLA A PARTIR DO FINAL DA GUERRA CIVIL**

**SALVADOR
2023**

JOSÉ FERNANDO DE MATOS

**O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO EM
ANGOLA A PARTIR DO FINAL DA GUERRA CIVIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio

**SALVADOR
2023**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Matos, José Fernando de
M433 O papel do Estado no desenvolvimento social e econômico em
Angola a partir do final da guerra civil./ José Fernando de Matos. –
Salvador, 2023.

87f. Il.; quad.; graf.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade
Federal da Bahia, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio.

1. Desenvolvimento econômico - Angola. 2. Desenvolvimento social
- Angola. I. Sampaio, Nuno Jorge Rodrigues Teles. II. Título. III.
Universidade Federal da Bahia.



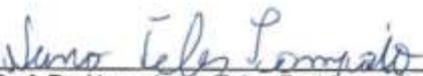
Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

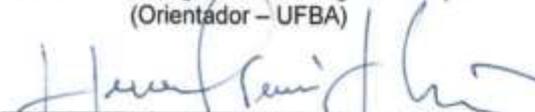
TERMO DE APROVAÇÃO

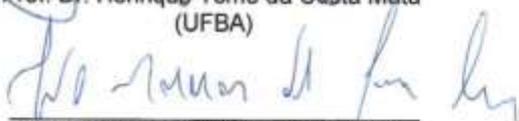
JOSÉ FERNANDO DE MATOS

O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO EM ANGOLA A PARTIR DO FINAL DA GUERRA CIVIL

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Nuno Jorge Teles Rodrigues Sampaio
(Orientador – UFBA)


Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
(UFBA)


Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França
(UNEB)

Aprovada em 24 de outubro de 2023.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela saúde, em tempos da pandemia da COVID-19.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio, assim sendo, importa sublinhar dois aspectos, qual seja, ter-me esclarecido alguns pontos por desenvolver na pesquisa, durante a orientação, e pelo apoio, partilha de conhecimentos e correções nas nossas reuniões sobre os primeiros resultados a que chegávamos.

Agradeço a minha família e amigos pelo apoio incondicional que me prestaram durante esses dois anos de estudos e que não contou com nenhum apoio institucional público ou privado do meu país de origem.

Agradeço aos meus colegas de turma, pela partilha de conhecimentos, simpatia e solidariedade em tempos difíceis da COVID-19.

Agradeço a Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-graduação em Economia/PPGE-Salvador.

“Acredito que Angola ainda tem muito pra dar, mas primeiros devemos reconhecer que todos nós falhamos, quer seja a sociedade civil, os governantes, falhamos; após o reconhecimento das nossas falhas, devemos todos em conjunto, imbuídos em um único pensamento, trabalhar para nossa pátria, servir à nossa pátria, lutar pela nossa pátria, e dar oportunidade aos filhos desta pátria que se realizem”.

Dr. Jonas Savimbi

RESUMO

Este estudo analisa o papel do Estado no desenvolvimento social e econômico em Angola a partir do final da guerra civil, durante o período de 2002 a 2017. Na senda do economista Amartya Sen, discutimos o desenvolvimento como processo de ampliação das liberdades e capacidades das pessoas em Angola, sobretudo como resultado do progresso na saúde, educação e renda, bem como o papel do Estado angolano nessas áreas. Além disso, exploramos a evolução do pensamento de Peter Evans sobre as condições teóricas em que o Estado pode atuar para promover o desenvolvimento de um país. Os resultados encontrados mostram que, após 2002, o desenvolvimento do país é notável, anos de rápido crescimento impulsionado pela alta da produção e dos preços do petróleo no mercado internacional ajudaram na reconstrução de infraestruturas e na formulação de políticas públicas do país. No entanto, ainda persistem altos níveis de pobreza, desigualdade e disparidades regionais em Angola, afetando diversas regiões, desde Cabinda até Cunene. Nesse sentido, o estudo utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outras medidas complementares, como a dimensão da renda medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a dimensão da educação medida pelo índice de escolaridade (que leva em conta a média de anos de estudo da população) e a dimensão da saúde medida pela esperança de vida ao nascer, para capturar diferentes dimensões do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas. Para atingir os objetivos propostos, o estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, apoiando-se em análise histórica e em dados quantitativos secundários, utilizando a base de dados do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), Banco Nacional de Angola (BNA), Ministério das Finanças (MLNFIN) e do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE).

Palavras-chave: Angola; desenvolvimento econômico; paz; estado.

ABSTRACT

This study analyzes the role of the State in social and economic development in Angola from the end of the civil war, during the period from 2002 to 2017. Following the path of economist Amartya Sen, we discuss development as a process of expanding people's freedoms and capabilities in Angola, mainly as a result of progress in health, education and income, as well as the role of the Angolan State in these areas. Furthermore, we explore the evolution of Peter Evans' thinking on the theoretical conditions under which the State can act to promote the development of a country. The results found show that, after 2002, the country's development is remarkable, years of rapid growth driven by the rise in oil production and prices on the international market helped in the reconstruction of infrastructure and in the formulation of the country's public policies. However, high levels of poverty, inequality and regional disparities still persist in Angola, affecting several regions, from Cabinda to Cunene. In this sense, the study uses the Human Development Index (HDI) and other complementary measures, such as the size of income measured by the Gross Domestic Product (GDP) per capita, the size of education measured by the schooling index (which takes into account the average years of study of the population) and the dimension of health measured by life expectancy at birth, to capture different dimensions of people's well-being and quality of life. To achieve the proposed objectives, the study is characterized as exploratory, descriptive and explanatory research, relying on historical analysis and secondary quantitative data, using the database of the United Nations Development Program (UNDP), Center for Studies and Scientific Research by the Catholic University of Angola (CEIC), National Bank of Angola (BNA), Ministry of Finance (MLNFIN) and the National Statistics Institute of Angola (INE).

Keywords: Angola; economic development; peace; state.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	IDH ajustado pela desigualdade	46
Quadro 2 -	% da despesa com saúde no OGE 2008-2016.....	55
Quadro 6 -	Serviços de cobertura sanitária no país.....	56
Quadro 7 -	Despesa pública com educação 2002-2017.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Taxa de crescimento do PIB angolano	32
Gráfico 2 -	Taxa de crescimento do PIB per capita	34
Gráfico 3 -	Exportação de petróleo de por valor e por preço do barril do petróleo	35
Gráfico 4 -	Principais destinos das exportações de petróleo bruto de Angola	36
Gráfico 5 -	Balança comercial das exportações e importações de Angola.....	37
Gráfico 6 -	Balança de pagamentos de Angola.....	38
Gráfico 7 -	Importação por categoria (percentual)	39
Gráfico 8 -	Dívida pública de Angola em relação ao produto interno bruto.....	42
Gráfico 9 -	Dívida pública externa de Angola.....	43
Gráfico 10 -	Evolução do IDH de Angola.....	44
Gráfico 11 -	Expectativa de vida ao nascimento em Angola.....	50
Gráfico 12 -	Média de anos de escolaridade esperados em Angola.....	50
Gráfico 13 -	Taxa de alfabetização por província.....	51

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANGOP	Agência Angola Express
BA	Banco Mundial
BNA	Banco Nacional de Angola
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IDG	Índice de Desigualdade de Género
IDH	índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	IDH ajustado à Desigualdade
IGF	índice Global da Fome
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	A INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO	14
2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: QUESTÕES, CONCEITOS E CONTROVÉRSIAS	18
2.1	A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: A ORIGEM DO DEBATE	18
2.2	NOVAS ABORDAGENS AO DESENVOLVIMENTO: PAPEL E CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	25
3	A ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL (2002-2017) ..	30
3.1	CONTEXTO MACROECONÔMICO	31
3.2	A QUESTÃO DO ENDIVIDAMENTO	41
4	ANGOLA: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	45
4.1	VISÃO NACIONAL RELATIVA AO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA.....	45
4.2	SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	53
4.3	ANGOLA: EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXOS A - MAPA 1: DIVISÃO DE PROVÍNCIAS E COMUNAS	73
	ANEXO B - POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR PROVÍNCIA	75

1 INTRODUÇÃO

A paz em Angola é uma conquista que exigiu esforços de vários atores nacionais e estrangeiros, num contexto político adverso, marcado por interesses econômicos divergentes. Como referido pela Agência Angola Express (ANGOP, 2018), a estabilidade político-militar resultou de um duro, difícil e demorado processo negocial, que só se tornou real e consistente em 4 de abril de 2002. A longa guerra civil resultou em dramáticos resultados econômicos, sociais, políticos e humanitários. Dados oficiais apontam para mais de 500 mil mortos, mais de 1 milhão de deslocados, milhares de órfãos e viúvas, além de milhares de infraestruturas destruídas.

O presente trabalho aborda a problemática do papel do Estado no desenvolvimento social e econômico em Angola a partir do final da guerra civil. Mais especificamente, buscamos investigar o período do governo da transição democrática liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, ao longo do período de 2002 a 2017. O marco fundamental desse período foi a morte em combate de Jonas Malheiro Sidónio Savimbi em fevereiro de 2002, que resultou no Acordo de Paz entre o Governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), marcando uma viragem decisiva no processo político e no desenvolvimento econômico e social de Angola.

Decorridos 21 anos após o Acordo de Paz em 4 de abril de 2002, o país ainda não alcançou plena democratização, apesar de uma extraordinária acumulação de capital que poderia ter servido como alavanca para o desenvolvimento. Embora a Constituição Económica de Angola de 2010 estabeleça o país como um Estado Democrático de Direito, as instituições políticas em Angola ainda não atingiram a plena democratização. O modelo de governação em Angola é unipartidário, com o governo composto por membros do partido no poder. Nesse modelo de governação, o partido exerce controle sobre a autocracia política, as leis, a economia e as instituições.

Assim, ao abordarmos o papel do Estado no desenvolvimento, é importante destacar que Angola experimentou um período de forte crescimento econômico após o fim da guerra em 2002, até que a queda dos preços do petróleo na conjuntura internacional desencadeou uma crise econômica em 2014. Graças à produção elevada de petróleo e aos preços elevados desse óleo mineral, o PIB de Angola per capita duplicou de US \$2.079 em 2002 para US

\$4.164 em 2014 (Banco Mundial, 2018). Por outro lado, o choque dos preços das mercadorias 2014 mostraram as fragilidades estruturais da economia angolana devido à falta de diversificação econômica e consequente dependência fiscal da produção recursos naturais.

Nesse contexto, acredita-se que a discussão do tema proposto é justificada, uma vez que, apesar de Angola possuir enormes oportunidades e ser um país rico em recursos naturais, como o petróleo (sendo o terceiro maior produtor de petróleo na África Subsaariana e um dos principais exportadores do mundo) e os diamantes (ocupando a 7^a posição no ranking dos produtores de diamantes brutos), prevalece na sociedade angolana um grande abismo entre ricos e pobres. Essa disparidade socioeconômica é um desafio significativo que precisa ser abordado, pois afeta negativamente a qualidade de vida da população e a estabilidade social do país. É fundamental analisar as políticas e estratégias adotadas pelo Estado angolano para promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e garantir que o desenvolvimento econômico beneficie a todos os segmentos da sociedade.

Diante da relevância do tema e da experiência angolana, a presente pesquisa se estrutura a partir de algumas questões, quais sejam: Qual é o modelo de crescimento e desenvolvimento adotado pelo governo angolano no pós-guerra civil? Quais os aspectos socioeconômicos centrais e o papel do Estado na história recente angolana? Quais foram as características e resultados do desenvolvimento, entendido de forma ampla, de Angola, entre 2002 e 2017? A hipótese de investigação indica que no período em análise, de 2002 a 2017, o Estado angolano, ao não fortalecer as instituições e não promover a transparência e a boa governança, criou um ambiente menos propício para o desenvolvimento social e econômico.

Para atingir os objetivos propostos, o estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, apoiando-se em análise histórica e em dados quantitativos secundários, utilizando a base de dados do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), Banco Nacional de Angola (BNA), Ministério das Finanças (MLNFIN) e do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Conforme destacado por Fonseca (2015), ao dispor de dados quantitativos nos permite trabalhar não só com a descrição dos fenômenos que observamos, como também com as relações de causa e efeito que podem existir entre diferentes fenômenos. Atualmente, o uso de dados quantitativos é fundamental para informar decisões importantes de políticas públicas, políticas econômicas, planos de ajuste estrutural etc.

O método utilizado para realizar esta pesquisa foi a estatística descritiva, pois é frequentemente empregado nos estudos descritivos. A escolha do método é adequada ao objetivo geral do estudo que busca analisar os indicadores macroeconômicos e sociais com realce para a educação e saúde em Angola, articulando esta questão com os debates em torno dos modos como o Estado organiza suas políticas públicas; e como objetivos específicos: discutir a teoria de Amartya Sen à luz do desenvolvimento como expansão das liberdades humanas, enfatizando o caso angolano; verificar as condições mínimas da vida da população angolana no período de 2002 a 2017, tendo em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); confrontar estes indicadores com os indicadores macroeconômicos no período de 2002 a 2017. Ademais, a pesquisa apoia-se também em outros instrumentos científicos, tais como artigos científicos e relatórios científicos de instituições (nacionais e internacionais).

Ao longo dos seus capítulos, apesar da diversidade das opiniões e teses sobre o assunto, na senda do economista Sen (2010), discutimos o desenvolvimento como processo de alargamento das liberdades e capacidades das pessoas, sobretudo como resultado do progresso no que tange à saúde, a educação e à renda, bem como ao papel do Estado angolano nessas áreas. Além disso, exploramos a evolução do pensamento de Evans (2004) sobre as condições teóricas em que o Estado pode atuar de forma a promover o desenvolvimento de um país

Deste modo, a dissertação será estruturada em três capítulos, cada um dedicado a uma parte específica do tema. No primeiro capítulo, será analisada a questão do desenvolvimento na perspectiva histórica. Para isso, abordaremos os elementos teóricos e conceituais sobre a teoria do desenvolvimento econômico, discutiremos as transformações do capitalismo global em perspectiva histórica e analisaremos as atuais concepções do desenvolvimento.

No segundo capítulo, analisaremos a relação entre o setor petrolífero e a economia angolana no período pós-guerra civil, com o objetivo de identificar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelo país nesse contexto.

No terceiro capítulo, analisaremos os indicadores de crescimento econômico e progresso social para avaliar o desempenho das políticas públicas. O objetivo é contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel do Estado na melhoria das condições de vida dos cidadãos angolanos e propor possíveis soluções para os desafios enfrentados pelo país. Ainda nesta introdução procedemos a um breve interlúdio de análise da breve história do Estado angolano de forma a familiarizar o leitor brasileiro com este país africano.

1.1 A INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO

A independência de Angola, em 1975, marcou o fim do domínio colonial português e o início de uma nova era para o país. No entanto, a independência não foi suficiente para garantir a formação de um Estado e de uma Nação em Angola. O país enfrentou muitos desafios na construção de suas instituições políticas e sociais, bem como na consolidação de uma identidade nacional.

A formação do Estado em Angola foi marcada por conflitos internos, que se intensificaram após a independência. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Movimento Nacional de Libertação de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) lutaram pelo poder, o que resultou em uma guerra civil que durou mais de 27 anos (Tati, 2015). A guerra civil deixou um legado de destruição e desconfiança mútua, o que dificultou a formação de um Estado forte e eficiente no pós-guerra.

A formação da Nação em Angola também foi um processo difícil. O país é composto por vários povos e grupos linguísticos, o que tornou difícil a construção de uma identidade nacional comum (Tati, 2015). Entre os principais povos de Angola, destacam-se: os Bakongo, que falam a língua Kikongo; os Ambundu, que falam a língua Kimbundu; os Ovimbundo, que falam a língua Umbundu; os Ovangangela, que falam a língua Ngangela, entre outros.

Angola, assim como a maioria dos países africanos, surgiu a partir de uma diversidade de povos e grupos (Tati, 2015), cada um com sua própria história e tradições. No entanto, alguns argumentam que o maior equívoco de Agostinho Neto, líder histórico do MPLA, foi na construção de uma identidade cultural unificada. Ele afirmava "um só povo, uma só nação", o que, do ponto de vista político, é uma frase de emancipação. No entanto, do ponto de vista sociológico, essa afirmação estava equivocada. De acordo com Patrício Batsíkama (2015), historiador (angolano), "em Angola, não existe uma única nação angolana, mas sim várias nações angolanas, cada uma com sua própria cultura. Cada povo em Angola representa uma nação e possui sua própria cultura" (p. 487). Alguns argumentam que Agostinho Neto não conseguiu promover efetivamente a coexistência cultural e o respeito pelos valores culturais de cada grupo étnico em Angola.

A construção de uma nação implica que o povo angolano seja chamado a participar plenamente na definição de seus interesses, necessidades e meios para alcançar sua satisfação e defesa. Esse projeto nacional deve se basear no que une o povo: "sua história comum e

características específicas, o pluralismo cultural e linguístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade" (Santos, 2001, p. 30). Em síntese, as razões que interferem na construção do Estado-nação na Angola contemporânea são a inexistência de uma cultura nacional partilhada por todos os povos angolanos, à exclusão social, à marginalização das culturas de diversas comunidades e à politização das particularidades culturais (Kajimba, 2010, citado por Santos, 2023).

Nesse contexto, o governo de transição liderado pelo MPLA foi estabelecido em 1975, apesar das tensões existentes. Segundo Soleval Menezes (2002, p.25), "o MPLA, liderado por Agostinho Neto, orientou a nova república para um modelo socialista, com a cooperação da ex-União Soviética". O objetivo do MPLA era construir uma sociedade mais justa e igualitária em Angola, baseada nos princípios do socialismo¹.

Neste período conturbado de fuga massiva de quadros da administração colonial e guerra civil, Agostinho Neto, primeiro presidente da República Popular de Angola (RPA), adotou uma série de políticas socialistas, incluindo a nacionalização de empresas e a redistribuição de terras. O governo também estabeleceu programas de educação e saúde gratuitos para a população, bem como políticas de igualdade de gênero e de combate ao racismo. Conforme descreve Daniel Precioso (2016), Agostinho Neto sonhava com uma Angola protagonista do seu próprio desenvolvimento. Para Precioso, o sonho de Neto para com Angola passava por instalar "indústrias pesadas", a fim de que as matérias-primas de Angola fossem industrializadas no próprio país. Neste ponto, a aposta feita nos anos iniciais (está a falar-se de 1976 e 1979) foi uma aposta do que chamamos política do lado da oferta. Ou seja, a ideia era reduzir os custos, os entraves para a produção em território nacional. " (...) A independência de Angola não era, para Agostinho Neto (MPLA), apenas uma emancipação política, mas uma completa revolução no setor da indústria, da educação e saúde" (Precioso, 2016, p.316).

A leitura que Agostinho Neto fazia da realidade económica angolana estava assim, ancorada na abordagem económica marxista da época, influenciada pela teoria da dependência formulada para explicar o subdesenvolvimento das ex-colónias (francesas, britânicas e portuguesas) (Precioso, 2016). Em 1979, após a morte de Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, também conhecido como JES, foi escolhido pelo Comité Central do

¹ No entanto, a orientação socialista da República Popular de Angola também foi criticada por muitos angolanos. Alguns argumentaram que as políticas socialistas do governo eram incompatíveis com a cultura e a tradição angolanas, e que a nacionalização de empresas e a redistribuição de terras prejudicaram a economia do país.

MPLA para assumir a presidência de Angola. A ascensão de JES² à presidência de Angola foi um momento crítico na história do país. JES assumiu o cargo em um momento de grande instabilidade política e econômica, com a guerra civil em curso e a economia do país em crise.

Ele implementou políticas que buscavam promover o desenvolvimento econômico e social em Angola (com a abertura da sua economia às instituições de Bretton Woods), incluindo a realização de eleições multipartidárias em 1992, que marcaram um momento crucial na história do país. De 92 para cá, foram realizadas mais 4 eleições gerais, sendo em setembro de 2008, agosto de 2012, agosto de 2017 e agosto de 2022, todas ganhas pelo MPLA.

Na década de 90³, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) promoveu uma série de reformas na sua Administração Pública, em transição do socialismo para o capitalismo na era de José Eduardo dos Santos (Menezes, 2002). Para Menezes, essas reformas foram implementadas com o objetivo de modernizar a Administração Pública de Angola e torná-la mais eficiente e responsável.

Uma das principais reformas promovidas pelo MPLA foi a descentralização do poder, que transferiu a responsabilidade pela tomada de decisões do governo central para as autoridades locais. Isso permitiu que as comunidades locais tivessem mais controle sobre o desenvolvimento de suas regiões e promoveu a participação cívica e a responsabilidade social (Menezes, 2002). Além disso, o MPLA introduziu políticas de livre mercado, que buscavam promover a concorrência e a eficiência no setor empresarial. Isso incluiu a redução de barreiras comerciais e a promoção da livre circulação de bens e serviços.

No entanto, as reformas promovidas pelo MPLA na década de 90 também foram criticadas. Alguns argumentam que as políticas de livre mercado prejudicaram a economia do país e aumentaram a desigualdade social.

Em 22 de fevereiro de 2002, morre Jonas Savimbi, fundador e líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), foi morto em combate durante um confronto com as forças governamentais angolanas (Batsíkama, 2015). A morte de Savimbi marcou um ponto crucial na história de Angola, encerrando décadas de guerra civil que assolaram o país.

² JES nasceu em 28 de agosto de 1942 na cidade de Luanda, em Angola. Ele estudou engenharia petrolífera na União Soviética e, após retornar a Angola, juntou-se ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que lutava contra o domínio colonial português.

³ Oficialmente, o MPLA abandonou o marxismo-leninismo como sua doutrina e de Estado em outubro de 1990.

Após a morte de Savimbi, o governo angolano e a UNITA iniciaram negociações de paz, que culminaram em um acordo de paz em abril de 2002. Com o advento da paz, em 2002, Angola iniciou um processo de reconstrução e reconciliação nacional (Batsíkama, 2015). O país adotou uma nova Constituição em 2010, que estabeleceu um sistema político democrático e uma estrutura de poder centralizado no presidente da República.

Nesse sentido, a Constituição Económica de Angola de 2010 é um documento fundamental que estabelece os princípios e diretrizes para a organização e desenvolvimento da economia do país. Ela foi promulgada com o objetivo de promover o crescimento econômico sustentável, a justiça social e a melhoria das condições de vida da população angolana.

Como lei fundamental da sociedade, a Constituição de 2010 de Angola reconhece a economia como um instrumento de desenvolvimento e bem-estar social. Ela estabelece a importância da iniciativa privada, da livre concorrência e da proteção dos direitos dos consumidores (Angola, 2010). Além disso, a Constituição prevê a necessidade de um Estado regulador e promotor do desenvolvimento econômico, garantindo a estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade ambiental.

No entanto, ao longo do período em análise, o governo de JES foi criticado por violações dos direitos humanos e por corrupção institucionalizada. Muitos angolanos argumentaram que o governo de JES não fez o suficiente para combater a pobreza e a desigualdade em Angola.

Em 2017, JES deixou a presidência de Angola após 38 anos no poder. Ele foi sucedido por João Manuel Gonçalves Lourenço, também conhecido como JLO, que prometeu implementar reformas políticas e econômicas para melhorar a vida dos angolanos.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: QUESTÕES, CONCEITOS E CONTROVÉRSIAS

O desenvolvimento econômico é um tema amplo e complexo, que envolve questões sociais, políticas, ambientais e econômicas. As controvérsias e debates em torno desse tema refletem a diversidade de perspectivas e a busca por soluções que promovam um desenvolvimento mais inclusivo, equitativo e sustentável.

O presente capítulo aborda questões fundamentais sobre o desenvolvimento econômico, suas origens e os desafios para a construção desse conceito, que se estabeleceu na segunda metade do século XX na economia política mundial. Para isso, são abordados elementos teóricos e conceituais sobre a teoria do desenvolvimento econômico, discutindo as transformações do capitalismo global em perspectiva histórica, além de analisar as atuais concepções do desenvolvimento.

A crítica do Sul Global, em relação ao desenvolvimento econômico, mereceu atenção no presente capítulo. Essa crítica questiona as abordagens tradicionais e dominantes do desenvolvimento, que muitas vezes são baseadas em modelos ocidentais e ignoram as realidades e necessidades específicas dos países do Sul.

2.1 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: A ORIGEM DO DEBATE

À luz da experiência histórica, parece claro que a questão do desenvolvimento evoca diversos processos e momentos na história da Ciência Econômica, embora devamos reconhecer que nossos referenciais sejam de uma História vista pelo olhar Ocidental. Dentro deste marco, a história revela que o Desenvolvimento Econômico foi o tema central da economia clássica, como nos indicam o título e o conteúdo da obra pioneira de Adam Smith (Baran, 1984). Nesse contexto, vale a pena mencionar que numerosas gerações de economistas, como Thomas Malthus (1798) e David Ricardo (1817) preocuparam-se em analisar as forças determinantes do progresso econômico.

Em outras palavras, as preocupações desses estudiosos com as condições necessárias para o desenvolvimento surgiram a partir de observações e estudos da sociedade em que viviam. Segundo Baran (1984), eles chegaram à firme convicção de que as relações

econômicas, políticas e sociais vigentes na época impediam e retardavam o desenvolvimento dos recursos produtivos. Para Baran, ao discutirem as funções do Estado na vida econômica e social, os economistas clássicos não tinham dúvida em mostrar que o progresso econômico dependia da remoção das instituições políticas, sociais e econômicas obsoletas, e da criação de condições de livre concorrência sob as quais a iniciativa privada teria as mais amplas oportunidades para se desenvolver sem obstáculos (Baran, 1984).

A partir desse referencial, ainda que incompleto, mas historicamente determinante, o capitalismo é visto como a fase última e final do progresso e da civilização, ou seja, a única forma natural com que os mercados funcionam e a dinâmica da sociedade. Desde então, esse modo de produção tem passado por constantes metamorfoses, passando por diferentes etapas com características distintas em relação às relações de produção e de trabalho.

Em síntese, o resultado de tudo isso foi que o capitalismo se estabeleceu completamente e a ordem econômica e social burguesa se firmou. Segundo Baran (1984), "essa ordem foi, consciente ou inconscientemente, aceita como a estação terminal da História e praticamente cessou toda a discussão sobre o fenômeno da mudança econômica e social" (p.70). Tudo o que podemos dizer sobre essa afirmação é que o desenvolvimento do capitalismo em geral não criou uma boa sociedade no século XXI. Esse ponto de vista nos permite focalizar uma característica do processo de desenvolvimento econômico: "sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos e nunca foi um processo suave e harmonioso, desdobrando-se placidamente ao longo do tempo e do espaço" (Baran, 1984, p.71).

A partir dessa ampla perspectiva, uma mudança se verificou no século XX, onde o Desenvolvimento Econômico daria origem a uma subdisciplina, a Economia do Desenvolvimento (ED). A Economia do Desenvolvimento (ED) é uma área da economia que se dedica ao estudo dos processos de desenvolvimento econômico e social dos países. O surgimento da ED pode ser situado no pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países europeus e os Estados Unidos iniciaram um processo de reconstrução e desenvolvimento econômico.

Nesta abordagem, a formação histórica da disciplina da economia ocorre junto com a afirmação e a expansão do sistema capitalista. Um processo termina alimentando o outro. Nesse contexto, surgiram diversas teorias e abordagens que buscam explicar os processos de desenvolvimento econômico e social. Segundo Baran, uma das primeiras abordagens da ED foi a Teoria da Modernização, que surgiu na década de 1950. Essa teoria argumentava que os países em desenvolvimento poderiam alcançar o desenvolvimento econômico e social

seguindo o modelo dos países desenvolvidos (europeus), por meio da industrialização, urbanização e modernização dos setores agrícola e industrial (Baran, 1984). Outra abordagem importante da ED foi a Teoria da Dependência, que surgiu na década de 1960. Essa teoria argumentava que os países em desenvolvimento estavam em uma posição de subordinação em relação aos países desenvolvidos, e que a dependência econômica e política era um obstáculo ao desenvolvimento.

Do ponto de vista científico, pode-se dizer que é na década de 50, na senda dos movimentos de emancipação nacional e descolonização na África (1960/70) e na Ásia (1950), que o desenvolvimento recebe o *status* de objeto de pesquisa científica com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Ao longo de seus estudos, Albert Hirschman (1986) identificou que os anos 40 e 50 foram positivos para a sua evolução e afirmação na ciência econômica⁴.

Segundo Hirschman, a economia do desenvolvimento é um processo complexo e dinâmico, que envolve uma série de fatores interdependentes, como investimentos em infraestrutura, educação, saúde e tecnologia. Ele argumenta que a grandeza da economia do desenvolvimento está na capacidade de gerar crescimento econômico sustentável e melhorar a qualidade de vida das pessoas (Hirschman, 1992).

No entanto, Hirschman também alerta para os perigos da decadência da economia do desenvolvimento. Ele argumenta que a estagnação econômica pode ocorrer quando os investimentos em infraestrutura e tecnologia não são suficientes para manter o crescimento econômico. Além disso, a falta de inovação e a má alocação de recursos podem levar a uma diminuição da produtividade e da Competitividade.

Para Hirschman, a solução é a inovação constante e a adaptação às mudanças do mercado. Ele defende que as empresas e os governos devem estar sempre em busca de novas oportunidades de negócios e investimentos, e que devem ser capazes de se adaptar rapidamente às mudanças do mercado (Hirschman, 1992). As principais ideias de Albert Hirschman sobre o desenvolvimento destacam a importância da inovação, da adaptação e da

⁴ Segundo Hirschman (1986), naquele momento, o balanço, foi bem mais positivo para a economia do desenvolvimento do que para o objetivo de suas pesquisas, ou seja, o desenvolvimento econômico das regiões desfavorecidas do planeta, situadas quase todas na Ásia, na América Latina e na África. Neste segmento, a nova ciência era atravessada de lado a lado por tensões internas que, na primeira oportunidade, apresentavam o risco de fazê-la irromper. Por outro lado, por causa das circunstâncias que cercaram seu nascimento, a economia do desenvolvimento era portadora de esperanças e ambições arazoáveis, que cedo tiveram de ser abandonadas.

capacidade de investir em infraestrutura e tecnologia para manter o crescimento econômico sustentável dos Estados.

Baseando-se nas ideias de Albert Hirschman (1992), Peter Evans (1993) ao longo de seus estudos, observa o entendimento do papel do Estado que começa a surgir a partir dos anos 80, entendido raiz do problema do desenvolvimento para os economistas “monoeconomicistas” neoclássicos, poderia se tornar solução. Em sua obra "O Estado como Problema e Solução", Evans argumenta que o Estado pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento, desde que seja capaz de superar os desafios e limitações que muitas vezes o impedem de cumprir essa função.

Segundo Evans (1993), o Estado pode ser uma agente de mudança e transformação econômica, desde que seja capaz de superar três desafios principais: (1) a captura do Estado por interesses privados, (2) a falta de capacidade estatal e (3) a falta de legitimidade do Estado. A captura do Estado por interesses privados ocorre quando grupos econômicos poderosos conseguem influenciar as políticas públicas em seu próprio benefício, em detrimento do interesse público. Para Evans, é fundamental que o Estado seja capaz de resistir a essa captura, por meio de mecanismos de transparência, participação e *accountability*.

Evans argumenta que a *accountability* é um processo político que envolve a responsabilização de governantes e burocratas perante a sociedade. Ele destaca que a *accountability* pode ser vista como um mecanismo de controle social que permite que os cidadãos exijam que os governantes e burocratas prestem contas de suas ações e decisões (Evans, 1993). Além disso, Evans destaca que a *accountability* pode ser vista como um processo dinâmico que evolui ao longo do tempo. Ele argumenta que a *accountability* efetiva requer a adaptação constante às mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como a capacidade de aprender com as experiências passadas.

A falta de capacidade estatal é outro desafio importante para o desenvolvimento. Muitos Estados em desenvolvimento enfrentam limitações em termos de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, o que dificulta a implementação de políticas públicas eficazes. Para Evans, é fundamental que o Estado invista na construção de capacidades, por meio de políticas de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos.

Em síntese, para Evans (1993), o Estado pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento econômico, desde que seja capaz de superar os desafios e limitações que muitas vezes o impedem de cumprir essa função. Para isso, é fundamental que o Estado seja

capaz de construir uma base de legitimidade sólida, por meio de políticas de participação, transparência e accountability.

Nesse contexto, o debate é provavelmente melhor conduzido ao comparar os estados do Terceiro Mundo, também conhecido como Sul Global ou Sul geopolítico, incluindo alguns estados claramente ineficientes e outros relativamente eficientes.

Olhando para a África no Sul Global ou Sul geopolítico através da visão de Cypher e Dietz (2008), um aspecto fundamental que se pretendeu ignorar é o fato de que as nações desenvolvidas falharam em levar adiante suas tão proclamadas promessas e responsabilidades para ajudar os mais pobres das nações pobres a escapar da armadilha da privação em que tantos milhões continuam a viver. Nesse contexto, a desilusão com o Estado, que se tornou endêmica na década de 1980, é um exemplo claro. Os programas africanos de ajustamento estrutural falharam no essencial, o grande propósito: realizar o sonho africano de 1963⁵.

A fim de visualizar globalmente o problema da teoria de desenvolvimento econômico e sua aplicação às economias menos desenvolvidas na África no Sul Global ou Sul geopolítico⁶, vale considerar a visão de Ana Maria Duarte Frade (2007, p. 30), segundo a qual "se, por um lado, a crise africana tem contornos endógenos complexos, por outro lado, existem fatores exógenos que asfixiam a África".

A partir desse enfoque, Ana Maria Frade argumenta que o modelo de desenvolvimento "ocidental" não se enraíza, visto que o continente africano segue um caminho muito próprio. Com a desculpa da globalização, os países do Norte criam ainda mais desigualdades. A África pós-independentista, "a totalidade liberdade de mercado não existe, continuando a verificar-se medidas protecionistas, no que toca ao comércio internacional" (Frade, 2007, p.31).

A África Subsariana (SSA) atravessa um processo de marginalização e depende cada vez mais da vontade político-econômica dos países do Norte. Especificando melhor, se antes os países africanos tinham dúvidas, agora têm dívidas (Frade, 2007. Em síntese como faz entender o trabalho de Patrick Bond (2007), a crise da dívida da África piorou durante a era da globalização. Quer dizer, entre 1980 e 2002, a dívida externa total da África Subsariana

⁵ Há sessenta anos, distintos líderes Pan-africanos projetaram para África e o mundo o grande sonho africano, a liberdade, a dignidade, a independência, a democracia, a unidade africana, a prosperidade, a felicidade e a confiança no futuro. No entanto, é apontado que o modelo de desenvolvimento econômico adotado não foi eficaz para solucionar os problemas enfrentados pelo país, resultando em altos níveis de pobreza e fome.

⁶ O termo Sul comporta aqui o sentido geográfico que remete às nações e regiões que pertencem ao hemisfério do Sul e que historicamente foram colonizados pelos impérios europeus (Santos, 2008).

aumentou a uma taxa rápida do que aquela da América Latina, do Caribe e do Oriente Médio – de US\$ 61 bilhões para US\$ 206 bilhões – e proporção da dívida para o PIB subiu de 23 para 66% (Bond, 2007, p.38). Neste sentido, torna-se fundamental entender por que, segundo Filipe Zau (2009), "(...) atualmente, para tentar sobreviver à conjuntura econômica imposta pelo capitalismo, os países africanos, ao Sul do Saara, dificilmente se libertam dos Programas de Ajustamento Estrutural" (p.31). Na prática, o investimento para o seu desenvolvimento, beneficia, apenas e cada vez mais, as economias já desenvolvidas ou industrializadas.

A África no Sul Global ou Sul geopolítico está repleta de casos de políticas econômicas falhas, de esperanças frustradas. Segundo Grebmer *et al.* (2021), "[...] o mundo como um todo – e 47 países em particular – não conseguirá atingir um baixo nível de fome até 2030 (o progresso global está a abrandar, e a fome permanece obstinadamente alta em algumas regiões do Sul Global)" (p.5). As pontuações do IGF baseiam-se em quatro indicadores, nomeadamente: i) subalimentação; ii) emagrecimento infantil; iii) raquitismo infantil e iv) atraso no crescimento das crianças. Segundo este mesmo documento, “[...] a Somália sofre de um nível de fome extremamente alarmante e quatro dos cinco países com níveis preocupantes de fome estão no continente africano, nomeadamente o Chade, a RDC, RCA e o Madagascar” (Grebmer *et al.*, 2021, p.5).

Já nas regiões da Europa e da Ásia Central, América Latina e Caraíbas, Ásia Oriental e do Sudoeste Asiático, e Ásia Ocidental e Norte de África, os níveis de fome são baixos ou moderados. Ora, o que essas estatísticas do IFG mostram em definitivo é que, o modelo de desenvolvimento econômico favoreceu as economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Depois de 1970/80, tem-se verificado uma estagnação e baixa na produção agrícola na maioria dos países menos desenvolvidos. Nessa perspectiva, a pergunta que fica é: afinal, por que as economias do centro progrediram e o restante, como a África ao Sul do Saara e o Sul da Ásia, estagnaram?

A resposta crucial é que, ao contrário do que se esperava, o modelo de desenvolvimento econômico demonstrou-se impreciso para os problemas enfrentados por esses jovens estados africanos e asiáticos. É importante salientar que, diante disso, na região da África Subsaariana, Angola é um exemplo de que as medidas recomendadas pelas economias desenvolvidas através das instituições de Bretton Woods não surtiram os efeitos desejados. Com base em dados publicados pelo IGF (2021), o relatório descreve a situação da fome em Angola como "grave" (Grebmer *et al.*, 2021, p. 32). Em vista disso, o fracasso de políticas econômicas adotadas na maior parte dos países do Sul Global ou Sul geopolítico, em

particular em Angola, tem um nome: o neoliberalismo, aqui entendido como um conjunto de reformas políticas exigidas para a estabilidade macroeconômica, que envolvem a liberalização de mercados, reordenamento das prioridades do gasto público, liberalização do comércio, liberalização da entrada de investimento direto estrangeiro e privatizações de acordo com as forças de mercado. Essas políticas foram amplamente prescritas por organizações como o FMI e o Banco Mundial, conhecidas como as instituições do chamado Consenso de Washington, e atingiram seu auge desde o início dos anos 80 nos países do Sul Global.

Em Angola e tanto outros países que adotaram as reformas de inspiração neoliberal desestruturantes do Estado e da sociedade não entregaram o que prometeram. Diante disso, a pergunta essencial é explicar a miséria, fome, exclusão e repressão política na África(s). Essa reflexão é importante para repensar as políticas públicas adotadas pelos governos e buscar soluções mais eficazes para os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos países em desenvolvimento.

Primeiro, do ponto de vista das relações sociais, devemos questionar a ideia de mercantilização da sociedade e recuperar valores que o neoliberalismo destrói, em particular a solidariedade como algo fundamental para o bem-estar humano e a sustentabilidade. Segundo, é preciso combater as políticas econômicas neoliberais e restituir ao Estado a responsabilidade pelo desemprego, pela pobreza extrema, pela fome coletiva, pela destituição e a marginalização sociais, pela privação de direitos básicos e pelo bem-estar social.

A partir de tudo o que se referiu, conclui-se que muito se alterou desde o século XX até ao século XXI. “Alguns países submeteram-se a uma industrialização sob as asas dos monopólios e finanças ocidentais. A maioria dos outros não passou propriamente por uma transição industrial, permanecendo dependente da agricultura e commodities primárias” (Yeros, 2021, p.30). Para Yeros, essa é uma realidade que enfraqueceu a capacidade dos países Sul Global ou Sul geopolítico de prover um Estado de bem-estar para o seu povo, de colher os frutos da independência, criar nações estáveis e coerentes e afirmar sua autonomia no sistema mundial. Nesse sentido, a conclusão apresentada nesta seção é que o caminho para o desenvolvimento sustentável de Angola e da África passa por três pilares: democracia, boa governação e conhecimento⁷. Esses pilares são fundamentais para a construção de nações

⁷ O conhecimento, entendido como educação, ensino, ciência, tecnologia e inovação, é especialmente importante nesse contexto, pois permite que os países se desenvolvam de forma sustentável e promovam a inclusão social e econômica de sua população.

estáveis e coerentes, capazes de colher os frutos da independência e afirmar sua autonomia no sistema mundial.

2.2 NOVAS ABORDAGENS AO DESENVOLVIMENTO: PAPEL E CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Diante do exposto nas seções anteriores, as mudanças do pós-guerra mostraram fases de desenvolvimento que extrapolavam as medidas convencionais relacionadas ao crescimento econômico, como o Produto Interno Bruto (PIB). Os ganhos da modernidade industrial não foram igualmente distribuídos entre as sociedades e indivíduos no século XXI (Freitas *et al.* 2016). Diante disso, novos conceitos e abordagens precisavam ser esclarecidos para analisar privações, bem-estar, qualidade de vida e capacidades, a fim de entender o que estava acontecendo em determinados contextos e como estes poderiam ser melhorados. Neste contexto, surge o trabalho de Sen (2010), que formula o desenvolvimento como liberdade, cujo objetivo é facilitar a transformação da sociedade.

Sen (2010) é um dos principais pensadores contemporâneos sobre o desenvolvimento humano. Em sua obra "Desenvolvimento como Liberdade", Sen argumenta que o desenvolvimento não deve ser visto apenas como um aumento da renda ou da produção econômica, mas sim como um processo que visa a expansão das liberdades e capacidades das pessoas. Para Sen, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de ampliação das oportunidades e escolhas disponíveis para as pessoas, de modo que elas possam viver uma vida com mais dignidade e autonomia.

Segundo Sen, o desenvolvimento humano não pode ser medido apenas pelo crescimento econômico, mas sim pela capacidade das pessoas de fazer escolhas e exercer sua liberdade. Para Sen, a liberdade é um valor fundamental que deve ser promovido pelo desenvolvimento, pois é a partir dela que as pessoas podem fazer escolhas e buscar seus próprios objetivos.

Sen (2010) também destaca a importância da igualdade de oportunidades para o desenvolvimento humano. Ele argumenta que a desigualdade de oportunidades é uma das principais barreiras para o desenvolvimento, pois impede que as pessoas possam exercer sua liberdade e buscar seus próprios objetivos. Nesse sentido, Sen (2010) defende a importância de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, como a educação e a

saúde, para que as pessoas possam ter acesso às capacidades necessárias para exercer sua liberdade.

Com base nessa visão, Sen destaca que o desenvolvimento humano não é um processo linear ou homogêneo, mas sim um processo complexo e multifacetado, que envolve diferentes dimensões e desafios. Ele argumenta que o desenvolvimento deve ser visto como um processo contínuo de expansão das liberdades e capacidades das pessoas, que deve ser adaptado às necessidades e realidades locais. O desenvolvimento humano é um processo dinâmico e plural, que deve ser construído a partir do diálogo e da participação das pessoas (Sen, 2010). Sen também destaca a importância da participação das pessoas no processo de desenvolvimento. Ele argumenta que a participação é fundamental para garantir que as políticas e programas de desenvolvimento sejam orientados para as necessidades e desejos das pessoas. Isso significa que as pessoas devem ter voz ativa na tomada de decisões e na definição das prioridades de desenvolvimento (Sen, 2010).

Em resumo, para Sen, o desenvolvimento deve ser orientado para a promoção das liberdades e oportunidades das pessoas, garantindo que elas possam realizar suas escolhas e viver uma vida com dignidade. Isso requer a participação ativa das pessoas no processo de desenvolvimento, a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades sociais e econômicas.

O trabalho de Amartya Sen influenciou diretamente a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O desenvolvimento humano é um conceito que busca medir o progresso das sociedades em termos de bem-estar e qualidade de vida das pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das principais ferramentas utilizadas para medir o desenvolvimento humano, e foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990 (Fukuda-Parr, 2002).

O IDH é calculado com base em três dimensões: renda, educação e saúde. A dimensão da renda é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que é ajustado pelo poder de compra local. A dimensão da educação é medida pelo índice de escolaridade, que leva em conta a média de anos de estudo da população adulta e a expectativa de anos de estudo das crianças em idade escolar. A dimensão da saúde é medida pela esperança de vida ao nascer (PNUD, 2021). Cada uma dessas dimensões é medida por um indicador específico, que é normalizado em uma escala de 0 a 1.

Representado estatisticamente pelo rendimento per capita, o terceiro componente do IHD foi concebido para ser interpretado estritamente como um fator englobante residual, destinado a refletir uma parte das outras capacidades básicas não incorporadas nas medidas da longevidade e da educação. Desse modo, enquanto os indicadores referentes à saúde e à educação refletem diretamente as respectivas capacidades, o rendimento foi incluído como algo com um valor instrumental, um antecedente causal de capacidades humanas básicas que visa levar em conta outras preocupações de base que devem ser captadas por uma representação das capacidades elementares (PNUD, 2020).

O IDH é um índice relativo, ou seja, ele não mede o desenvolvimento humano absoluto de um país, mas sim a sua posição relativa em relação aos demais países. Por isso, o IDH é frequentemente utilizado para comparar o desenvolvimento humano entre países e ao longo do tempo. Assim, a cada ano, os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são classificados de acordo com essa as seguintes categorias:

<i>Tabela de intervalos de Classificação do IDH</i>			
<i>Países com IDH baixo</i>	<i>Países com IDH médio</i>	<i>Países com IDH elevado alto</i>	<i>Países com IDH elevado muito alto</i>
<i>0,500 – 0,599</i>	<i>0,600 – 0,699</i>	<i>0,700 – 0,799</i>	<i>0,800 – 1</i>

Fonte: PNUD (2023)

Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Assim, a estrutura para calcular o IDH é dada utilizando a seguinte fórmula (valores máximos e mínimos de cada dimensão para o cálculo do IDH):

$$\text{índice de dimensão} = \frac{\text{valor real} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Os valores mínimos e máximos padrão fixos pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) são: esperança de vida à nascença (anos): valor mínimo 25 anos e valores máximos 85 anos; Taxa de alfabetização de adultos: 0% e 100%; Taxa de escolaridade bruta combinada: 0% e 100%; PIB per capita (PPC em USD): 100 e 40.000 dólares (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020a). Exemplo: no caso de Angola, com um valor observado de 45,4 anos em 2002, o índice de esperança de vida esperado é de 0,452.

$$EV = \frac{EV_{real} - 25}{85 - 25} = \frac{45,4 - 25}{85 - 25} = \frac{20,4}{45,1} = 0,452$$

Além do IDH, existem outras medidas de desenvolvimento humano, como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que mede a pobreza em termos de privações em várias dimensões, como saúde, educação e padrão de vida. O IPM é utilizado para identificar as populações mais vulneráveis e orientar políticas públicas para reduzir a pobreza e a desigualdade.

Segundo dados do PNUD (2013), nos 104 países abrangidos pelo IPM, estima-se que cerca de 1,56 bilhões de pessoas, ou seja, mais de 30% da população mundial, vivem em situação de pobreza multidimensional. Este valor é superior ao dos 1,14 bilhões de pessoas que, segundo se estima, vivem nesses países com menos de 1,25 dólares/dia, embora seja inferior à percentagem dos que vivem com menos de 2 dólares por dia. O relatório complementa afirmando que, com base na contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional, em 2013, cerca de 800 milhões de pessoas viviam em situação de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde, educação e saneamento básico (PNUD, 2013, p.34):

Os países com maiores percentagens no que respeita ao IPM situam-se em África (Etiópia 87%; Libéria 84%; Moçambique 79% e Serra Leoa 77%). Na Ásia do Sul, o Bangladesh registra o maior IPM (0,292, dados de 2007), seguido pelo Paquistão 0,264 e pelo Nepal (0,217, dados de 2011). A percentagem da população que vive em situação de pobreza multidimensional é de “58% no Bangladesh, 49% no Paquistão e 44% no Nepal, sendo a intensidade de privação de 50% no Bangladesh, de 53% no Paquistão e de 49% no Nepal.

Outro indicador complementar, tendo a igualdade de gênero como preocupação central e parte essencial do desenvolvimento humano, é o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que mede a perda de realização pessoal devido à desigualdade, atendendo a três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho.

Segundo o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, com demasiada frequência, as mulheres são discriminadas na saúde, na educação e no mercado de trabalho, o que restringe suas liberdades. Nesse sentido, a dimensão da discriminação pode ser aferida através das conquistas femininas e masculinas nessas três dimensões para cada país.

Por último, temos o IDH ajustado à Desigualdade (IDHD). Conforme PNUD (2022) explica, com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano potencial e o IDHAD como índice de desenvolvimento humano real. Assim, o IDHAD leva em conta a desigualdade entre as pessoas.

O IDHAD aborda basicamente três aspectos do desenvolvimento humano:

$$IDHI = (I * Saúde * I * Educação * I * Renda) \frac{1}{3} =$$

Para calcular o IDH-D ajustado à desigualdade, são analisadas as três dimensões do IDH tradicional: saúde (medida pela expectativa de vida), educação (medida pela média de anos esperados de escolaridade) e padrão de vida (medida pela renda per capita).

Em resumo, o desenvolvimento humano é medido por meio de índices que buscam capturar diferentes dimensões do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas. O IDH é um dos índices mais conhecidos e utilizados, mas existem outras medidas que buscam complementar ou aprimorar a sua abordagem. É importante ressaltar que esses índices são apenas uma forma de medir o desenvolvimento humano, e que existem outras dimensões e aspectos que não são capturados por eles (PNUD, 2020). Por isso, é fundamental que as políticas públicas e as iniciativas de desenvolvimento sejam orientadas por uma visão ampla e integrada do desenvolvimento humano, que leve em conta as necessidades e aspirações das pessoas e das comunidades.

Neste capítulo destacamos que, o conceito de desenvolvimento humano tornou-se paralelo à noção de desenvolvimento econômico, embora o primeiro seja mais amplo. Contudo, o que realmente importa é a necessidade de entender que o desenvolvimento humano é o processo pelo qual uma sociedade melhora a vida dos seus cidadãos através de um aumento de bens com os que pode satisfazer as suas necessidades básicas e complementares. Nessa perspectiva, a noção de desenvolvimento concebido em Angola está atrelada a noção de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

3 A ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL (2002-2017)

A economia angolana passou por profundas transformações no período pós-guerra civil, que se estendeu de 2002 a 2017. Nesse período, o país experimentou um crescimento econômico significativo, impulsionado principalmente pelo setor petrolífero, mas também por outros setores, como a construção civil, a agricultura e o comércio.

Uma das principais características da economia angolana nesse período foi a forte dependência do setor petrolífero. O petróleo representou cerca de 95% das exportações do país e mais de 70% da receita do governo. Para o Diagnóstico Sistemático Nacional (DSN), esse alto grau de dependência do petróleo tornou a economia angolana vulnerável às flutuações do mercado internacional de petróleo, o que ficou evidente durante a crise financeira global de 2008 e a queda dos preços do petróleo em 2014 (Banco Mundial, 2018). Outra característica importante da economia angolana no período pós-guerra civil foi o aumento dos investimentos estrangeiros, principalmente de empresas chinesas e brasileiras. Esses investimentos foram direcionados principalmente para o setor petrolífero, mas também para outros setores, como a construção civil e a agricultura. No entanto, muitos desses investimentos foram criticados por sua falta de transparência e por não beneficiarem adequadamente a população local.

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC, 2016) da Universidade Católica de Angola argumenta que a corrupção em Angola é um fenômeno que tem sido uma grande preocupação e desafio para o crescimento econômico do país. A presença generalizada da corrupção em diversos setores da sociedade angolana tem impactos significativos na economia, impedindo o desenvolvimento sustentável e prejudicando a qualidade de vida da população.

A falta de transparência e a prevalência de práticas corruptas dificultam a criação de um ambiente propício para o crescimento econômico, limitando o potencial de desenvolvimento do país. Segundo o CEIC (2016), a corrupção desvia recursos financeiros que poderiam ser direcionados a investimentos em infraestrutura, educação, saúde e outros setores essenciais. No entanto, embora a corrupção seja uma realidade em Angola, não é o único desafio enfrentado pelo Estado.

Ao longo dos anos, a interferência de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, conhecidas coletivamente como as “Instituições do

Bretton Woods”, bem como a proibição temporária da venda de dólares por parte dos Estados Unidos da América, causaram sérios desequilíbrios macroeconômicos no país.

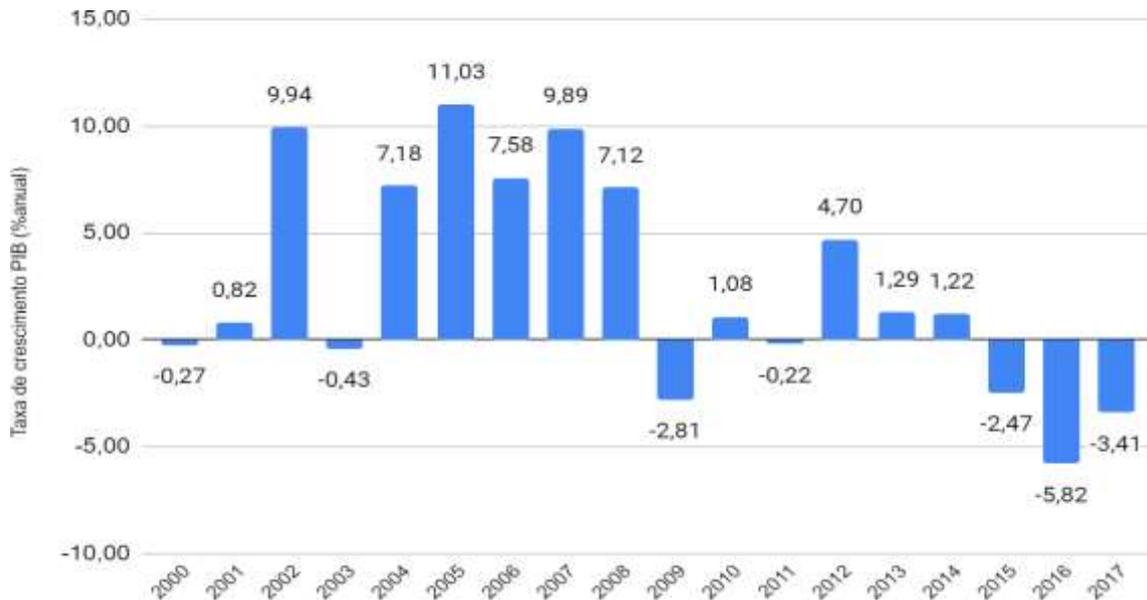
Por exemplo, a proibição temporária da venda de dólares pelos Estados Unidos teve um impacto significativo, causando desequilíbrios na balança de pagamentos e na estabilidade cambial do país. Essas restrições afetaram as transações comerciais e o acesso a moeda estrangeira, tornando a situação econômica ainda mais complexa. Portanto, neste capítulo, será analisada a relação entre o setor petrolífero e a economia angolana no período pós-guerra civil, com o objetivo de identificar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelo país na história recente.

3.1 CONTEXTO MACROECONÔMICO

Angola é um país que passou por um longo período de conflito armado, que durou mais de 27 anos. No entanto, desde o fim da guerra civil em 2002, o país tem trabalhado para consolidar a paz, promover a democracia e impulsionar o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o período de 2002 até 2017, foi marcado pelo crescimento econômico fabuloso da economia angolana. Em termos de tendência a longo prazo, entre 2002 e 2008 a trajetória PIB registrou um crescimento médio anual de 9,8% (Gráfico 1).

O relatório do Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (2015) revela que o investimento nacional, aliado ao investimento direto estrangeiro, nomeadamente em infraestruturas, contribuíram decisivamente para o desempenho econômico do país. Durante o período de maior crescimento, o investimento direto estrangeiro (IDE) desempenhou um papel relevante na atividade econômica, sendo Angola o sétimo país (no contexto do Continente Africano) que mais recebeu projetos de investimento entre 2003 e 2011, concentrados principalmente no setor de petróleo e gás natural. No entanto, o investimento estrangeiro em Angola é fraco fora do setor de petróleo e gás.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB angolano (2000-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Mundial (2023)

De maneira geral, a partir dos dados acima referidos, é possível identificar três subperíodos da evolução econômica contemporânea angolana no pós-guerra civil.

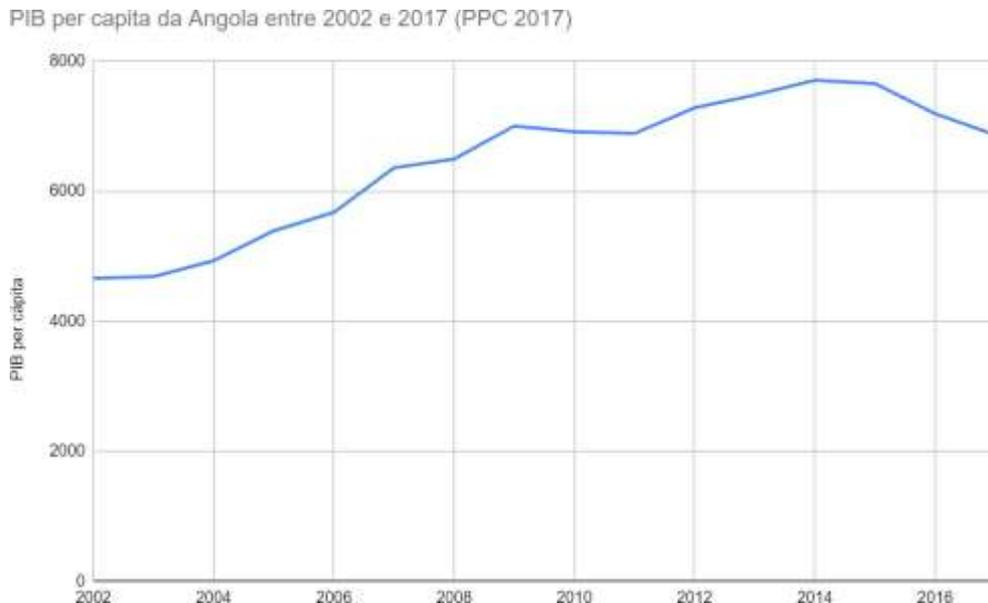
No primeiro deles, entre **2002 e 2008**, houve um crescimento satisfatório, durante o qual a demanda mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e proporcionaram receitas significativas a Angola. O relatório econômico do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC) apresenta que a média diária do barril do preço de petróleo passou a custar mais de 100 dólares. Depois disso, os preços começaram a despencar, altura em que o mundo sofreu a crise financeira do *subprime*, causada pela especulação financeira nos Estados Unidos que se estendeu à Europa e à Ásia (CEIC, 2020, p. 115).

No segundo período, entre **2009 e 2013**, anos em que a grande crise financeira abalou o mundo em 2008-2009 e gerou uma recessão econômica no mundo desenvolvido, com exceção em 2010, ano marcado pela recuperação após a recessão em 2009, o relatório do CEIC dá conta de que esta crise passou rapidamente pelo mercado petrolífero mundial e, em 2010, as cotações do barril já atingiram de novo valores elevados, com uma média naquele ano de 80 dólares, continuando a subir no ano seguinte para valores em torno de 100 dólares, que se mantiveram até meados de 2014 (CEIC, p.116).

O último período, entre **2014 e 2017**, foi caracterizado como "*o gatilho da crise*". Depois dos anos de crescimento econômico fenomenal entre 2005 e 2008 e em 2010, Angola entrou em crise socioeconômica desde junho de 2014. O PIB real desacelerou para 2,47% em 2015 e estagnou em 2017.

Durante este período, também é interessante analisar o crescimento do PIB *per capita*. O Produto Interno Bruto per capita angolano teve a maior subida entre 2008 a 2012, e uma queda no período de 2014 e 2016 respetivamente (Gráfico 2). O Plano Nacional de Desenvolvimento (2013), relata que o principal elemento gerador desta alteração do comportamento da economia angolana foi a queda drástica do preço do barril de petróleo, registada a partir de 2014.

Gráfico 2 – PIB per Capita da Angola entre 2002 e 2017 (PPC 2017)

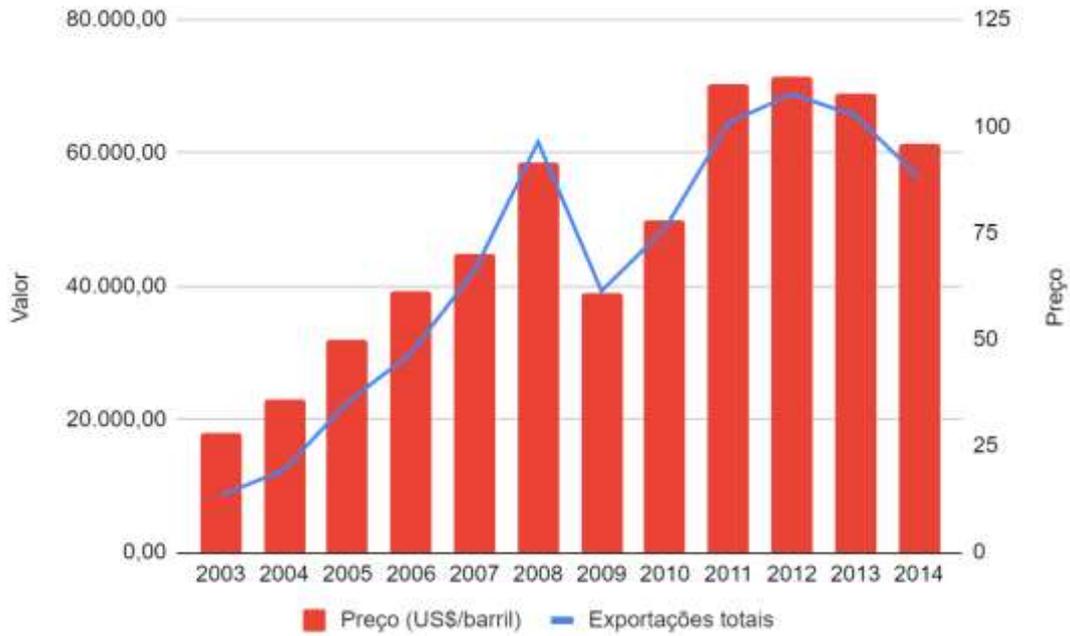


Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Mundial (2023)

Os valores apresentados nos gráficos (1) indicam que o funcionamento da economia angolana tem a ver com os ciclos dos preços do barril de petróleo no mercado internacional.

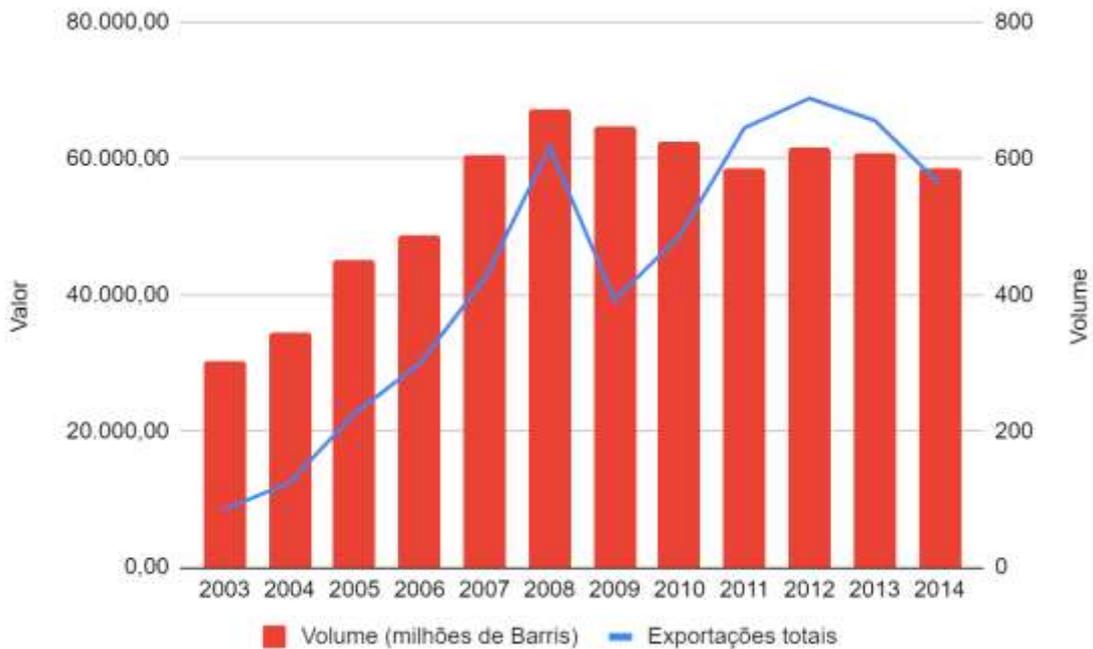
Perspectiva-se assim que, em Angola, até 2012, o valor das exportações acompanhou sempre a evolução do preço do barril de petróleo no mercado internacional (Gráficos 3 e 4). Após 2014 com a queda do preço do barril do petróleo, o valor das exportações tem vindo a declinar sistematicamente ano após ano só retomando em 2021.

Gráfico 3- Exportações de petróleo da Angola por valor (milhões de dólares) e por preço do barril, entre 2003-2014



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

Gráfico 4 - Exportações totais de petróleo da Angola por volume (milhões de dólares), entre 2003-2014

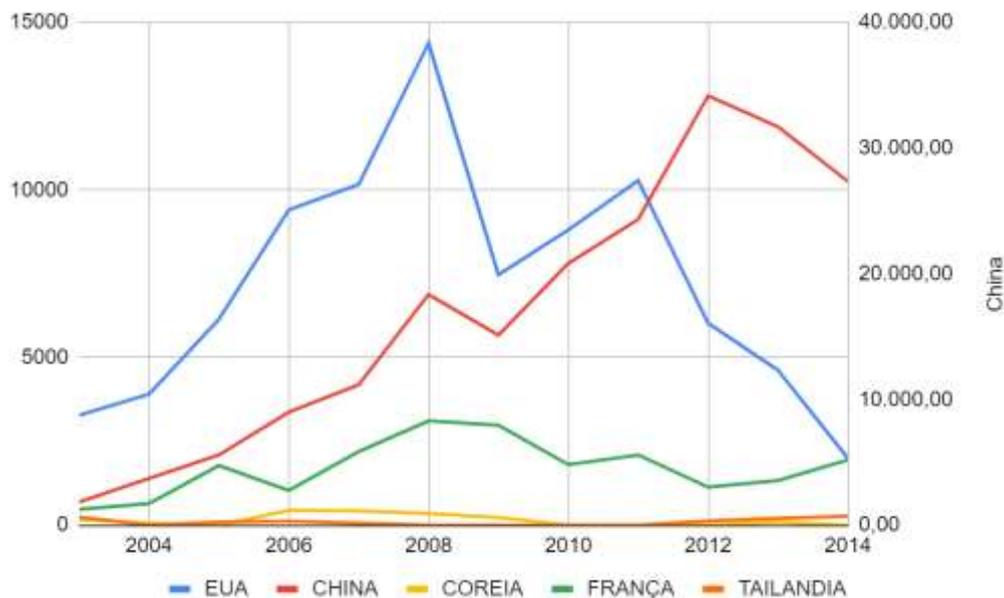


Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

Os dados apresentados representam o aumento do volume das exportações de petróleo bruto produzido entre 2002 e 2014. De acordo com o relatório econômico do Fundo Monetário Internacional (2014), o aumento do preço do petróleo bruto representou, em 2012, quase 97% do aumento total das exportações. Além disso, essa elevada concentração de exportações manteve-se praticamente constante ao longo da primeira década. Nesse contexto, a dependência pelo petróleo deve ser entendida como sintoma de uma doença que é a falta de competitividade da economia angolana no pós-guerra civil.

Dentre os principais países de destino das exportações de petróleo bruto angolano, a República Popular da China alcançou a liderança (Gráfico 5). O relatório econômico do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC, 2020) da Universidade Católica de Angola revela que esta concentração de exportações aumentou ao longo “de 2012 onde dos USD 68,8 mil milhões de exportações de petróleo, 49,6% foi para a China. Mesmo com a diminuição das exportações totais, devido à baixa de preços de petróleo” (p.5), a percentagem que vai para a China continua a aumentar, sendo em 2017de 65%.

Gráfico 5 - Principais destino das exportações de petróleo bruto entre 2003 e 2014



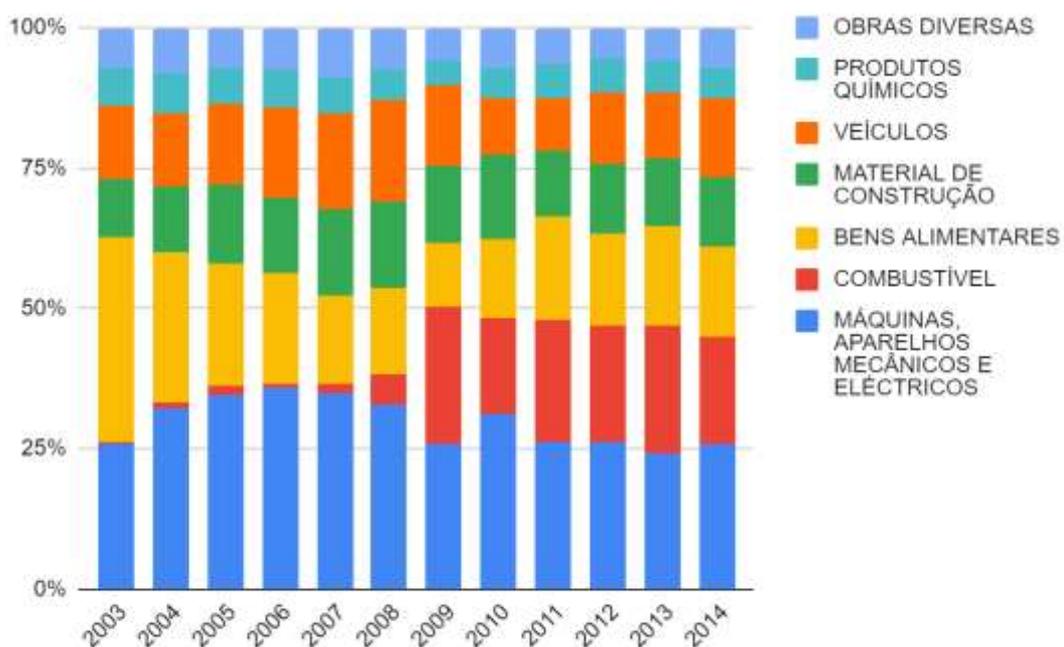
Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

As outras compras chinesas - gás e refinados de petróleo, minérios e produtos agrícolas - são quase marginais face ao enorme volume de exportações do petróleo bruto. Essa observação faz-se necessária na medida em que essa política comercial com a República da China não contribui para diversificar a economia do país (Souza, 2013).

As importações em Angola estão concentradas principalmente em bens básicos, como alimentos, confecções e calçados, além de bens mais complexos, como equipamentos, automóveis, barcos e aviões (Gráfico 6). No entanto, é importante destacar que a dependência das importações tem levado ao rápido esgotamento das reservas em moeda estrangeira obtidas por meio das exportações de petróleo. Um fator que contribui para essa situação é o fato de Angola ainda não ser autossuficiente na produção de produtos refinados, como petróleo e gasolina, o que a torna um importador líquido desses produtos (Banco Bic, 2014, p.17). Além disso, o aumento dos preços internacionais dos combustíveis nos últimos anos tem levado a um aumento nas importações de combustível (Gráfico 6).

É importante ressaltar que, de acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional (2014), Angola gasta mais com subsídios para combustíveis (equivalente a 4% do PIB) do que com saúde ou educação. Isso indica uma alocação de recursos desfavorável, o que pode ter consequências negativas para o desenvolvimento do país (p.15). Diante desse contexto, é necessário que Angola busque medidas para diversificar sua economia, reduzir a dependência das importações e promover a autossuficiência em setores estratégicos, como a produção de combustíveis refinados. Isso ajudaria a preservar as reservas em moeda estrangeira e direcionar recursos para áreas prioritárias, como saúde e educação.

Gráfico 6 - Importação por categoria (percentual)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

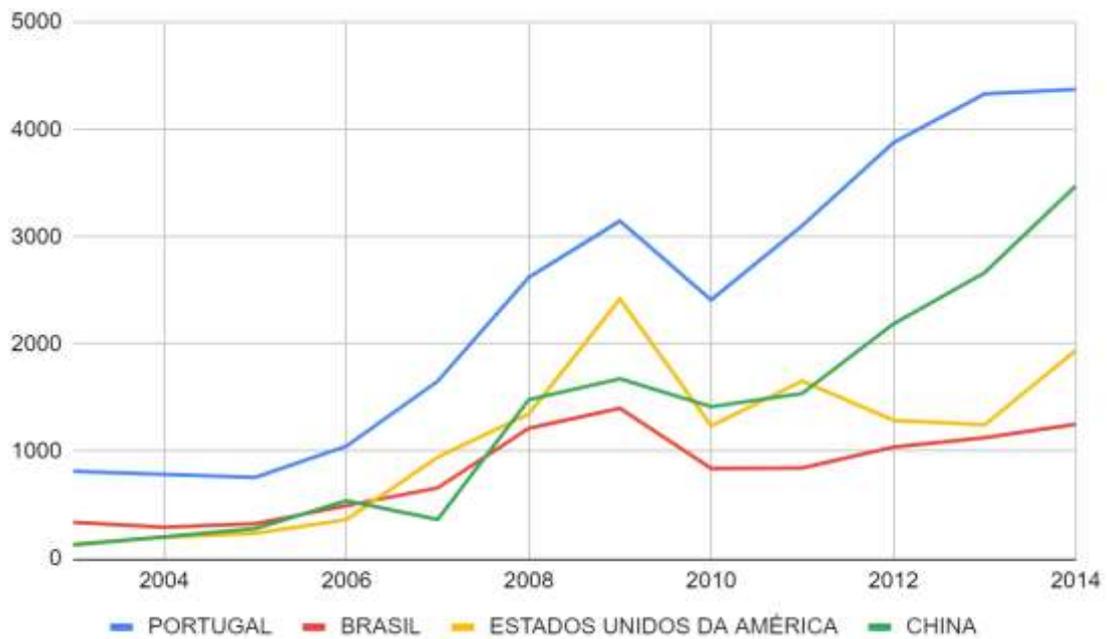
Observando o gráfico relativo à importação por categoria, vemos que houve também um aumento de importações de bens alimentares. No entanto, boa parte desses produtos poderia ser produzida localmente: "Quem conhece Angola questiona como é possível haver fome no país, tendo em conta o seu enorme potencial ao nível das riquezas minerais, condições climáticas e disponibilidade de solos aráveis" (GIP, 2022, p.6). No período de referência, observa-se que, não obstante termos um país com um dos maiores potenciais agrícolas do mundo, o Estado angolano não tem sabido alcançar a soberania alimentar⁸, a substituição gradual das importações e a promoção das exportações para a tão almejada diversificação da economia.

Para alcançar a soberania alimentar, Angola precisa investir em políticas públicas que incentivem a produção agrícola, a diversificação da produção e a adoção de tecnologias modernas. Além disso, é necessário investir em infraestrutura para o transporte e armazenamento de alimentos, bem como em programas de formação e capacitação para os agricultores. Outro desafio importante para a soberania alimentar em Angola é a distribuição de alimentos. Muitas vezes, os alimentos produzidos no país não chegam às comunidades mais carentes, o que contribui para a desnutrição e a fome.

Os principais parceiros comerciais no âmbito das importações, neste período, foram: Portugal, Brasil, Estados Unidos e China. Durante o período em análise, Portugal constituiu-se como o principal fornecedor de Angola e a China ocupa o segundo lugar no ranking dos principais países de origem das importações angolanas (Gráfico 7). Entre 2002 a 2017, a República Popular da China permanece sendo de longe o maior parceiro comercial de Angola. Cerca de 50% do comércio externo é feito com a China.

⁸ A soberania alimentar é um conceito que se refere à capacidade de um país de produzir e fornecer alimentos suficientes e saudáveis para sua população, sem depender de importações. Em Angola, a soberania alimentar é um tema de grande importância, uma vez que o país ainda enfrenta desafios significativos em relação à produção e distribuição de alimentos.

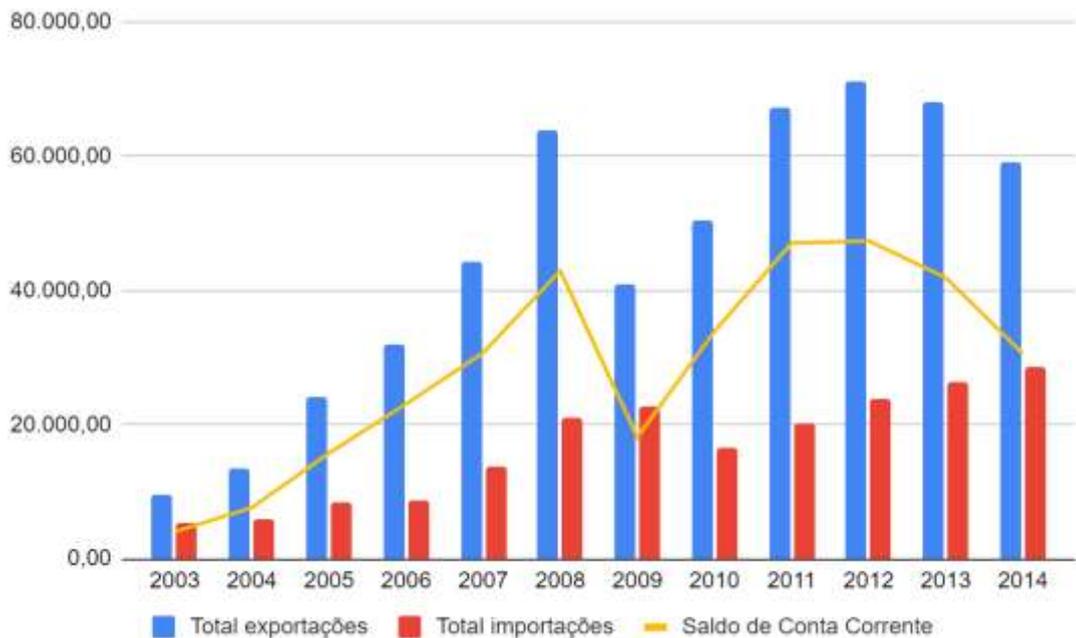
Gráfico 7 - Valor das importações da Angola procedentes de Brasil, China, Estados Unidos e Portugal entre 2003 e 2014 em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

Angola manteve um equilíbrio positivo em sua balança comercial até final de 2013, na prática a economia angolana exportou mais do que importou (Gráfico 8). Nesse sentido, cabe destacar também a ausência da diversificação na economia implica que a balança externa continue altamente vulnerável à descida dos preços do petróleo e a interrupções na produção nacional (Fundo Monetário Internacional, 2014).

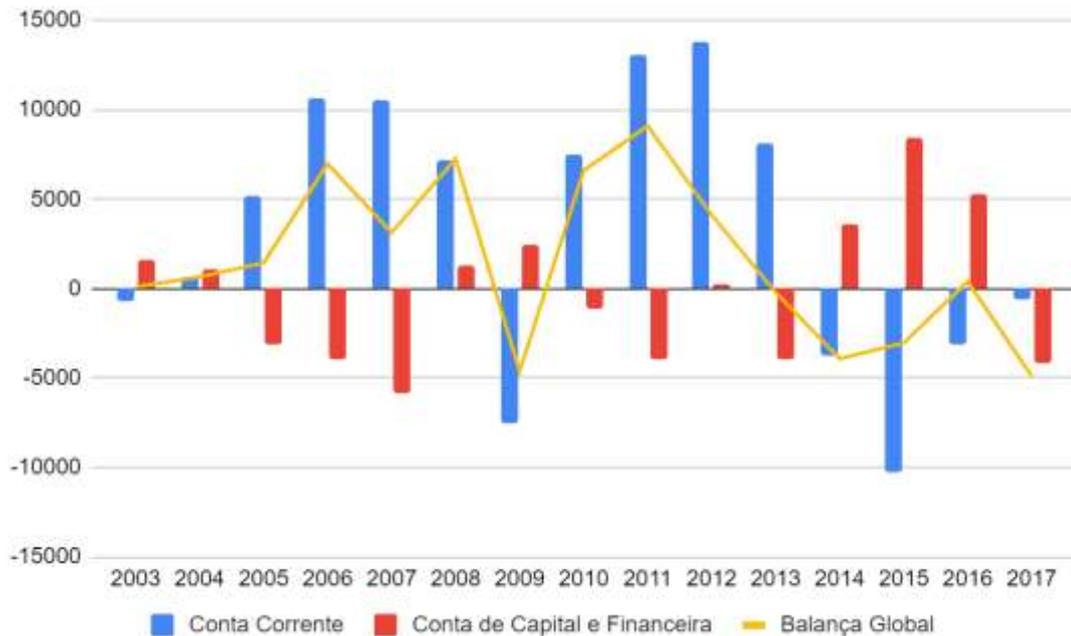
Gráfico 8 - Balança comercial das exportações e importações da Angola



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

Assim, de acordo com os resultados registrados, a Balança de Pagamentos (BP) de Angola registrou, de 2002 até 2015, um saldo positivo na conta corrente (Gráfico 9). De acordo com o Banco Nacional de Angola, a melhoria do saldo da conta corrente é justificada, essencialmente, pelo aumento das receitas de exportação (em termos do comércio de bens), única componente que tem gerado fluxos líquidos positivos nas relações econômicas de Angola com o resto do Mundo. Além disso, cabe destacar que, em decorrência do choque petrolífero, "a conta corrente apresentou um comportamento deficitário, tendo o déficit sido de 3% e 0,3% do PIB em 2016 e 2017, respectivamente" (FMI, 2019, p. 9).

Gráfico 9 - Balança de Pagamentos da Angola entre 2002 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

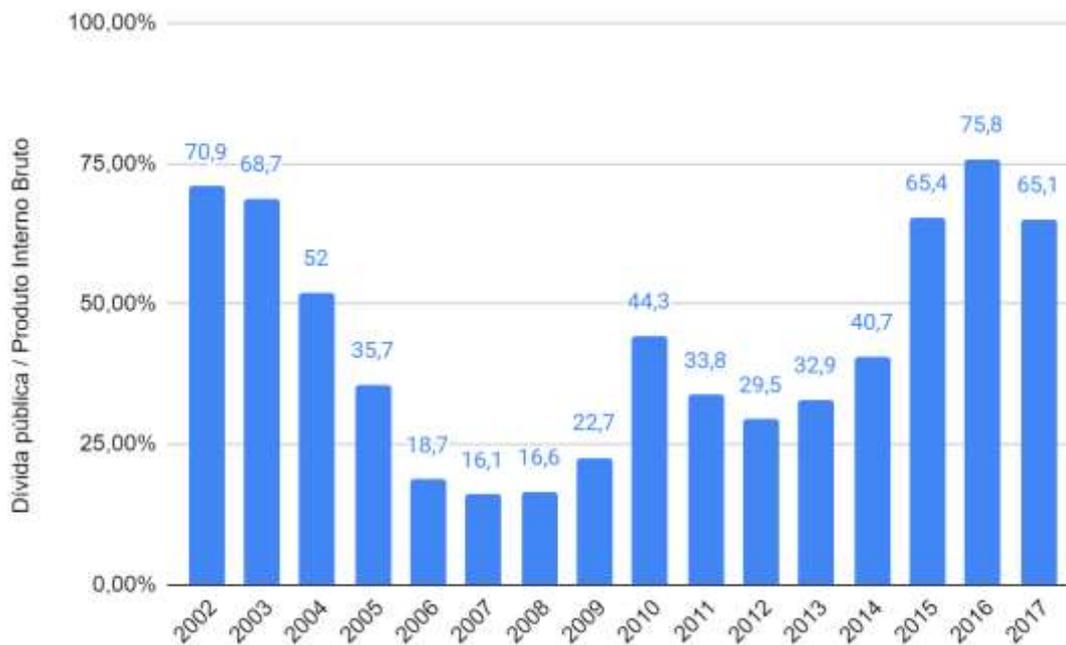
Em 2016, também importa destacar a descida do superávit da conta de capital e financeira, resultado da forte quebra no investimento direto estrangeiro (IDEs) em Angola, afetado pela crise econômica do país e pela queda dos preços do petróleo. Além disso, a crise econômica em Angola levou a uma diminuição da confiança dos investidores estrangeiros, que se tornaram mais cautelosos em relação aos investimentos no país.

Em resumo, para o Banco Central de Angola, a economia angolana é bastante aberta ao comércio externo por diversos motivos. Um dos principais é a necessidade de importar produtos que não são produzidos localmente, como alimentos, medicamentos e equipamentos (Banco Nacional de Angola, 2016). A abertura ao comércio externo permite que o país tenha acesso a uma variedade de produtos e serviços que não seriam possíveis de outra forma.

3.2 A QUESTÃO DO ENDIVIDAMENTO

A queda dos preços do petróleo e o menor crescimento da economia não petrolífera impuseram a necessidade de maior endividamento público em Angola. O rácio de dívida sobre o PIB, que estava em torno de 32% em 2013, passou para níveis acima de 65% em 2017, um nível registrado pela última vez no início dos anos 2002 e 2003 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Dívida pública da Angola em relação ao Produto Bruto Interno entre 2002 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Trading Economics (2023)

Observando o gráfico acima, relativo à Dívida pública da Angola em relação ao Produto Bruto Interno entre 2002 até 2017, podemos observar que, a evolução da dívida pública caracteriza-se por dois momentos distintos:

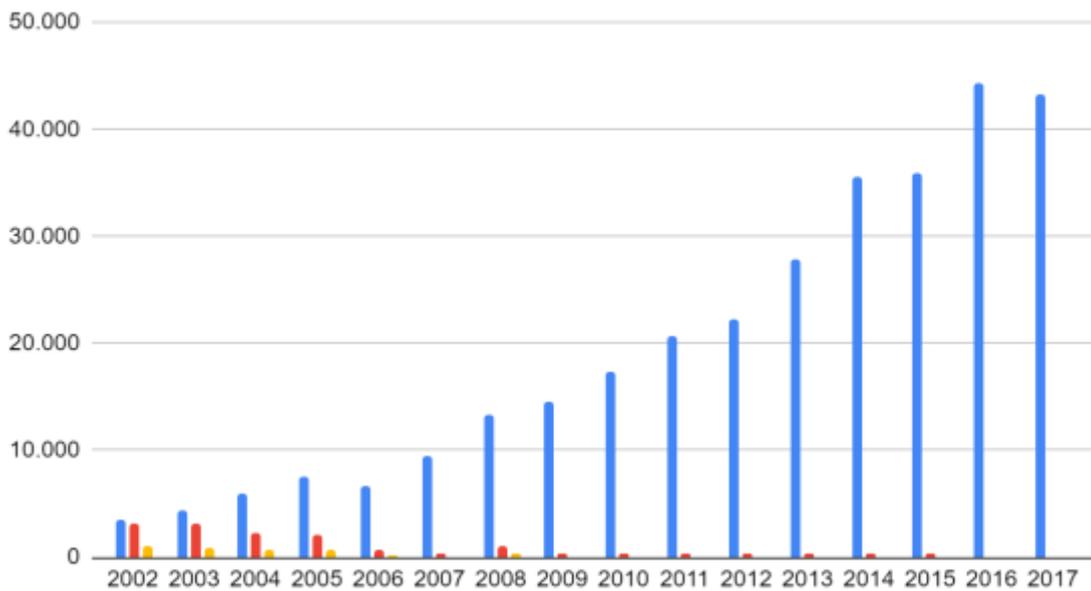
- Período de 2002 até 2013, marcado pela estabilidade do stock da dívida pública em volta dos 32% do PIB, e pela concentração de credores Bilaterais na carteira da dívida, onde se destacam o Brasil e a China como o maior credor (Angola, 2019, p.12).

- Período de 2014 até 2017, determinado por um crescimento contínuo do stock da dívida pública, que passou de 40,7% em finais de 2014 para 65,1% do PIB em dezembro de 2017. De acordo com o relatório do Ministério das Finanças (2019), a dívida pública de

Angola é caracterizada por instrumentos titularizados (Bilhetes e Obrigações do Tesouro) e pela dívida contratual que consiste nos financiamentos com a banca local.

Ao nível de endividamento externo, a tendência coincide com a queda prolongada do preço do barril do petróleo no mercado internacional a partir de 2014. Adicionalmente, a desvalorização da moeda nacional face ao dólar que acentuou o crescimento da dívida (Gráfico 11).

Gráfico 11- Dívida externa pública da Angola entre 2002 e 2017 em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Banco Nacional de Angola (2023)

O país tem uma dívida externa muito elevada, que até final de dezembro de 2017, ascendeu a USD 40 mil milhões de dólares. Em Angola, verifica-se que a dívida externa é majoritariamente composta por financiamentos com taxas de juros variáveis, sujeitas às flutuações dos indexantes no mercado internacional (Angola, 2019, p.15). A maior parte da dívida pública externa de Angola foi contraída por meio de empréstimos de bancos internacionais e emissão de títulos de dívida no mercado internacional. A China também se tornou um importante credor de Angola, fornecendo empréstimos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico. No entanto, a crescente dívida pública e externa de Angola levantou preocupações sobre a sustentabilidade da dívida e a capacidade do país de pagar suas obrigações. Em 2017, o governo angolano iniciou um programa de reformas econômicas para reduzir a dívida pública e melhorar a gestão fiscal.

Os desafios da economia angolana, caracterizada pela forte dependência do petróleo, começaram a expor as muitas debilidades do sistema econômico e social, colocando em risco algumas conquistas conseguidas no período de paz (CEIC, 2015). Na primeira década e meia, a dependência de Angola de uma única matéria-prima deixou a economia angolana altamente vulnerável a choques externos desafiadores, cujos reflexos ainda hoje são visíveis.

A crise econômica em Angola foi caracterizada por uma queda acentuada do PIB, uma inflação elevada e uma depreciação significativa da moeda nacional, o Kwanza⁹. Para enfrentar a crise econômica, o governo angolano recorreu a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2017 de US\$ 3,7 bilhões (CEIC, 2021). O empréstimo do FMI foi condicionado à implementação de reformas econômicas, incluindo a redução dos gastos públicos, a melhoria da gestão fiscal e a diversificação da economia. No entanto, a interferência das instituições de Bretton Woods tem sido uma fonte de preocupação para os cidadãos e a sociedade civil, uma vez que muitas vezes as políticas econômicas recomendadas por essas organizações não se alinham perfeitamente com as necessidades específicas de Angola.

Em resumo, a culpa e a responsabilidade pelas angústias sentidas pela população em relação à inflação, desemprego e falta de produção nacional devem ser atribuídas ao modelo passado não diversificado e somente assente no petróleo (Verde, 2020). Como a economia de Angola ainda é muito dependente de uma só matéria-prima, a solução para a saída da crise, iniciada em meados de 2014, passaria pela adoção de uma estratégia com um modelo econômico focalizado na produção interna de bens e serviços com qualidade e preços competitivos capaz de gerar excedentes para a exportação.

Tal implica diversificar a economia angolana do ponto de vista setorial e geográfico para que possamos ter uma Angola dignificante para todos. Dessa perspectiva, a sociedade angolana carece de modelo de crescimento nos moldes daquele implementado nos governos Lula (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), com a constituição de mercados de consumo de massas, que compreendia a estratégia utilizada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva para incluir a população brasileira no mercado de trabalho, garantindo renda (em particular da renda do trabalho e dos benefícios sociais) e crédito (política de acesso ao crédito e a bancarização) à população. É importante ressaltar que, quando um maior

⁹ Entre 2014 e 2017, Angola adotou uma política de austeridade devido à desvalorização da moeda nacional, o que causou grande instabilidade econômica no país, especialmente no setor industrial, que ainda é muito dependente das importações.

contingente de pessoas possui emprego, mais renda e mais crédito circulam na economia. Essa ideia está muito presente nos livros do renomado economista brasileiro Celso Furtado, que nos ensinam que a exclusão da população mais pobre do mercado consumidor restringe o mercado interno, limitando assim o desenvolvimento e a modernização produtiva e tecnológica (Furno; Rossi, 2023). De acordo com Juliane Furno e Pedro Rossi, a concentração de renda é, portanto, um problema, e a solução é ampliar e massificar o mercado de consumo doméstico. Aqui, temos uma visão de desenvolvimento como uma intenção política. Ou seja, o desenvolvimento não é resultado apenas da livre concorrência e da espontaneidade das forças de mercado, mas deve ser induzido por políticas públicas.

Assim procuramos mostrar neste capítulo que a realidade concreta atual do país traduz-se numa situação econômica e social volátil e dependente. Apesar do crescimento econômico significativo, a economia angolana ainda enfrenta desafios importantes no período pós-guerra civil, como a pobreza, a desigualdade e a falta de diversificação econômica. A maioria da população ainda vive em condições precárias, com acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Além disso, a economia angolana continuou altamente concentrada em poucos setores, o que limitou as oportunidades de emprego e de desenvolvimento de outros setores.

4 ANGOLA: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Como descrito no capítulo um, o desenvolvimento humano pretende-se com a expansão das liberdades humanas e a oferta de um leque mais variado de escolhas, de modo a que as pessoas tracem as suas próprias trajetórias individuais. Este capítulo visa, assim, mostrar os indicadores sociais de Angola, levando em consideração a pobreza e a desigualdade. Para tanto, analisamos dados relativos à dimensão da educação, medida pelo índice de escolaridade, que leva em conta a média de anos de estudo da população adulta e a expectativa de anos de estudo das crianças em idade escolar. A dimensão da saúde é medida pela esperança de vida ao nascer, que são condições essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país no pós-guerra civil.

4.1 VISÃO NACIONAL RELATIVA AO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ANGOLA

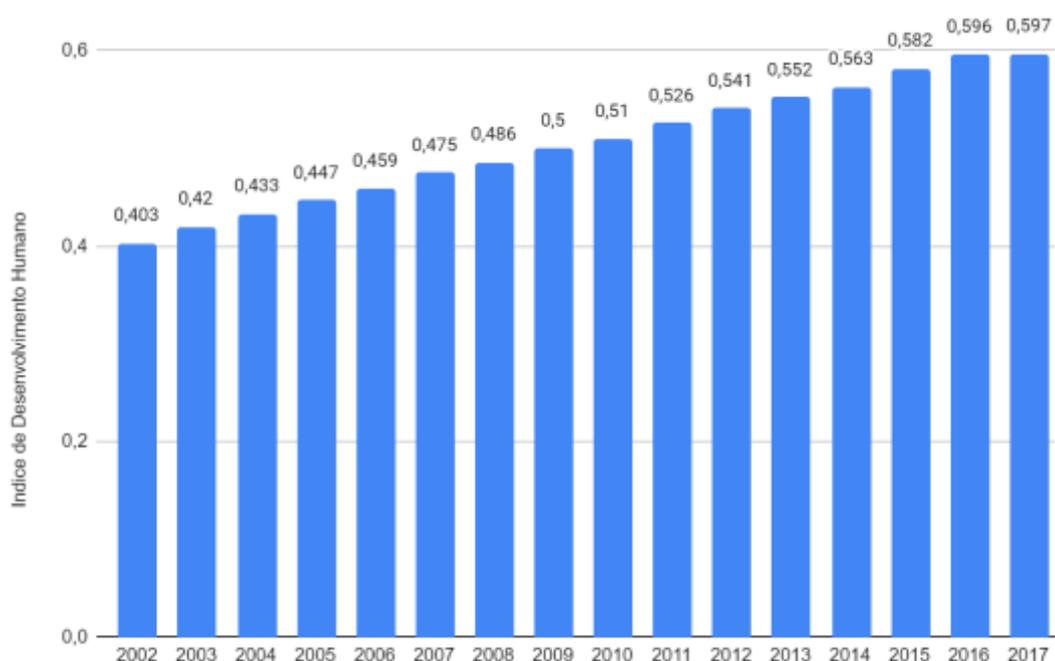
A visão relativa ao desenvolvimento humano de Angola de 2002 até 2017 é um tema complexo e multifacetado. Durante esse período, o país passou por uma série de mudanças significativas, incluindo o fim da guerra civil e a implementação de políticas e programas para melhorar as condições de vida da população.

Com o fim da guerra civil (em 04/04/2002), o desenvolvimento humano em Angola tem sido impulsionado principalmente pelo setor petrolífero, que representa a maior parte das exportações do país. No entanto, o governo tem trabalhado para diversificar a economia e promover o desenvolvimento de outros setores, como a agricultura, a pesca e o turismo. Além disso, o governo tem investido em infraestrutura, como estradas, pontes e aeroportos, para melhorar a conectividade e facilitar o comércio.

Apesar dos avanços em várias frentes, Angola ainda enfrenta desafios importantes em relação à paz, democracia e desenvolvimento. A pobreza e a desigualdade ainda são problemas significativos, e muitos angolanos ainda têm acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Além disso, a corrupção e a falta de transparência continuam sendo desafios importantes para o país.

Chegados aqui, é hora de apresentar o contexto social e o papel do Estado na elaboração de políticas públicas nas áreas da saúde e educação, para que se possa analisar os aspectos socioeconômicos centrais da história angolana: quais foram as características e resultados do desenvolvimento, entendido de forma ampla, de Angola, entre 2002 e 2017. Sendo assim, para a avaliação dos resultados de desenvolvimento humano em Angola, os dados a seguir são extremamente reveladores sobre os desafios do desenvolvimento que se coloca (Gráfico 12). De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH de Angola aumentou de 0,403 em 2002 para 0,597 em 2017, ocupando a posição 147 num universo de 189 países em matéria desenvolvimento humano. Isso representa um aumento de 52,3% no IDH do país durante esse período.

Gráfico 12 - Evolução do IDH de Angola 2000-2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Este nível de IDH, segundo o *site* do PNUD, coloca a República de Angola no Grupo dos Países de Desenvolvimento Humano Médio¹⁰. O PNUD explica que o que preocupa é a desigualdade e a pobreza existente no país. Os dados divulgados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2018) mostram que Angola perdeu posições no ranking mundial quando as desigualdades e a pobreza são levadas em conta (Quadro 1).

¹⁰ Consultar o site: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/AGO>.

Quadro 1 - IDH ajustado pela desigualdade (IHDI)

País	IDH	IDH ajustado pela Desigualdad e (IHDI)	Perda global (%)	Diferença de posição no IDH	Desigualdad e da renda (Gini)*
Angola	0.597	0.393	32.4	-2	42.7
Botsuana	0.717	60.5
África do Sul	0.699	0.467	33.2	-17	63.0
Cabo Verde	0.654	47.2
Namíbia	0.647	0.422	34.8	-13	61
Nigéria	0.532	0.347	34.7	-6	43.0
Senegal	0.505	0.340	32.6	-1	40.3
Noruega	0.953	0.876	8	-1	27.5
África Subsaariana	0.537	0.372	30.8	-	-
Mundo	0.728	0.582	20.0	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2018)

Deste modo, o IDH diminuiria 32,4%, passando de 0,597 para 0,393. O relatório adianta que, a perda média devido a desigualdade para os países com IDH médio é de 25,1% e para África Subsaariana é de 33,8% (PNUD, 2018).

Em parceria com o PNUD e a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) publicou o relatório da Pobreza Multidimensional de Angola, com base nos resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) de 2015-2016. O índice de pobreza multidimensional é uma medida que leva em consideração diversos fatores além da renda, como acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, moradia adequada e segurança alimentar. Isso permite uma avaliação mais completa da situação de pobreza em um país.

Essas medidas surgem com o intuito de medir a pobreza multidimensional nas 18 províncias. No último índice de Pobreza Multidimensional de Angola, divulgado em julho de 2020, o INE revelou que cerca de 64,8% da população angolana vive em situação de pobreza multidimensional.

De acordo com o INE, a pobreza multidimensional é mais prevalente nas áreas rurais de Angola, onde cerca de 80% da população vive em situação de pobreza. Além disso, a pobreza multidimensional é mais comum entre as mulheres, crianças e jovens (Instituto Nacional de Estatísticas, 2020).

O relatório do INE também destacou a importância de políticas públicas que visem combater a pobreza multidimensional em Angola. Isso inclui a melhoria do acesso a serviços básicos de saúde e educação, a promoção de empregos e renda, a expansão do acesso a água potável e saneamento básico, e a promoção da igualdade de gênero (Instituto Nacional de Estatísticas, 2020).

O índice de pobreza multidimensional de Angola divulgado pelo INE em julho de 2020 é um alerta para a necessidade de ações concretas para combater a pobreza no país.

Em particular, a distribuição de água potável é um problema sério que necessita de prioridades urgentes de financiamento para a sua distribuição em todas as 18 províncias. De acordo com dados do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2018 (PNDS), no contexto nacional, apenas 42% da população usa uma fonte apropriada de água para beber. Isso significa que, em Angola, na área rural, a população tem uma probabilidade muito inferior de obter água potável, comparativamente à população urbana.

Muitas vezes, a água é contaminada por bactérias e outros agentes patogênicos, o que pode levar a doenças e problemas de saúde. “No que concerne ao saneamento, apenas 53% dos agregados tem algum tipo de instalação sanitária em casa. (...) A proporção de famílias com uma instalação sanitária em casa é maior nas áreas urbanas 74%” (Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, 2018, p. 24).

No que diz respeito à energia elétrica, “(...) a distribuição é mais comum nas áreas urbanas, onde cerca de 70% da população tem acesso à eletricidade. Nas áreas rurais, apenas cerca de 10% da população tem acesso à eletricidade” (Instituto Nacional de Estatísticas, 2020, p.25). A falta de acesso à energia elétrica em Angola é um obstáculo para o desenvolvimento econômico do país. Muitas empresas e indústrias não conseguem operar sem energia elétrica confiável e acessível, o que pode limitar o crescimento econômico e a criação de empregos.

A expectativa de vida no nascimento é um dos indicadores importante para avaliar o desenvolvimento humano de um país. Em Angola, a expectativa de vida no nascimento tem apresentado um aumento significativo nas últimas décadas. De acordo com dados do *site* PNUD, a expectativa de vida média é de aproximadamente 61 anos (Gráfico 13). Esse aumento na expectativa de vida pode ser atribuído a diversos fatores, como melhorias na área da saúde e programas de prevenção de doenças. No entanto, apesar dos avanços, esta é ainda uma expectativa de vida média muito baixa. De acordo com esses dados, a expectativa de

vida em Angola tem aumentado gradualmente ao longo dos anos, mas ainda está abaixo da média global. A desigualdade social e a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade são questões que afetam a expectativa de vida em algumas regiões do país.

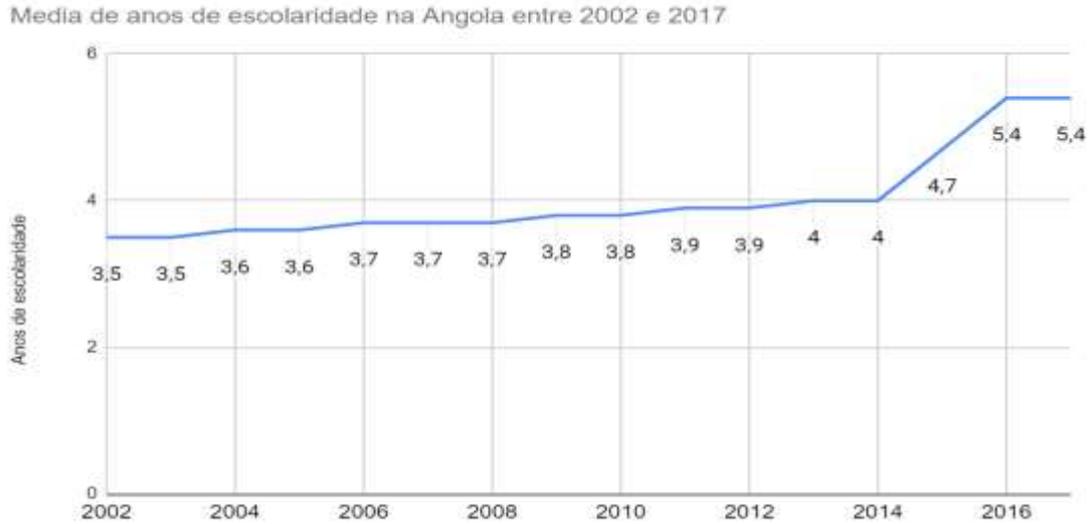
Gráfico 13 - Expetativa de ao nascer em Angola entre 2002 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Além da renda per capita e a expectativa de vida à nascença, a média de anos de escolaridade é o terceiro grande indicador importante para avaliar o desenvolvimento humano de um país. Em Angola, de acordo com dados do PNUD, a média de anos de escolaridade tem apresentado um aumento gradual nos últimos anos (Gráfico 14). Em 2002, a média era de apenas 3,5 anos, enquanto em 2017, esse número subiu para 5,4 anos. Isso significa que, em média, os angolanos completam cerca de 5,4 anos de estudo ao longo de suas vidas.

Gráfico 14 - Média de anos de escolaridade em Angola entre (2002 e 2017)



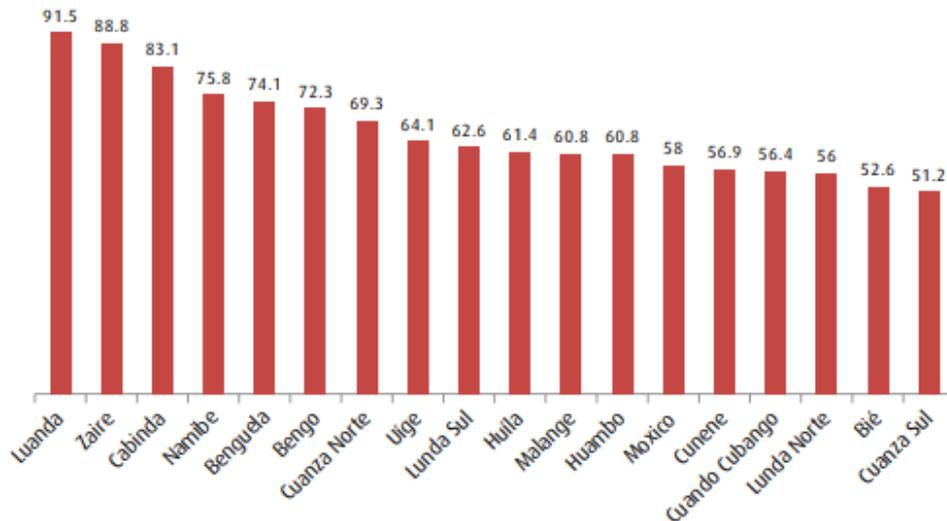
Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Esses aumentos na média de anos de escolaridade estão relacionados com a Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE, 2001), que considera o ensino primário obrigatório e gratuito (artigo 7º e 8º). Não há cobrança de qualquer pagamento pela inscrição da 1ª à 6ª classe nas escolas públicas de ensino.

No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados. Segundo o relatório do Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) (2020, p.27), aproximadamente 33% das mulheres entre 15 e 24 anos não sabem ler, comparando com os 16% dos homens. De acordo com este mesmo documento, no total, apenas 64% das mulheres são alfabetizadas, em comparação com os 84% dos homens. Observa-se que o nível de escolaridade atingido por sexo reproduz as normas sociais discriminatórias, especialmente para as mulheres.

Ainda na senda de discussão sobre o carácter multifacetado da educação, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (2020, p.38), foi possível constatar que as províncias que apresentam taxa de alfabetização mais baixas são as do Cuanza Sul (51,2%), Bié (52,6%) e Lunda Norte (56,0%), sendo que na província do Cuanza Sul cerca de 36,4% das mulheres e 72,3% dos homens são alfabetizados (Gráfico 15). Esses números mostram que ainda há muito a ser feito para melhorar a educação a nível regional em Angola e garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade.

Gráfico 15 - Taxa de alfabetização por província



Fonte: INE, IDREA 2018-2019

Os dados apresentados permitem-nos perceber que a situação social do país ainda é desafiadora, especialmente nas áreas rurais. Angola apresentou estagnação nos setores de educação e saúde, que são pré-condições para o processo de desenvolvimento humano.

Na ausência de desenvolvimento social, a fabulosa riqueza produzida pela indústria de exploração do petróleo durante a mini-idade de ouro (2002 até 2008) e nos anos seguintes até 2014 não foi convertida em bem-estar generalizado para todos. De acordo com Álvaro Dala, o investimento nos setores sociais, além de não condizente com a quantidade de riqueza produzida, foi seriamente prejudicado pela corrupção, inviabilizando o cumprimento de compromissos importantes assumidos por Angola, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Dala, 2018). O primeiro ODM consiste em acabar com a pobreza e com a fome.

Desde 2002 até 2017, foram elaborados em Angola quatro relatórios de progresso para a avaliação e monitoramento das Metas e seus indicadores, que permitem verificar a consecução de cada ODM em diferentes períodos. O primeiro foi em 2003, o segundo em 2005, o terceiro em 2010 e o quarto em 2015. As ações desenvolvidas pelo Executivo no âmbito da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) colocam Angola entre os piores lugares, com as populações vivendo com menos de 2,15 dólares por dia, de acordo com a linha de pobreza internacional atualizada pelo Banco Mundial em 2022.

O papel do Estado no desenvolvimento social e econômico em Angola no período pós-guerra civil (2002-2017) foi de grande importância para a reconstrução do país após anos de

conflito armado. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir um desenvolvimento humano mais inclusivo e sustentável, bem como para fortalecer as instituições democráticas e combater a corrupção. Além disso, ainda há muitas desigualdades sociais e econômicas no país, e muitas pessoas ainda vivem em condições precárias.

Nesse sentido, o Botswana é citado como um exemplo de uma economia rica em recursos que obteve grande sucesso na promoção do crescimento a longo prazo e na redução da pobreza (Banco Mundial, 2018, p.31). O país conseguiu recuperar e investir com sucesso as receitas, incluindo investimentos no capital humano. De acordo com o Banco Mundial, embora tenha enfrentado desafios na diversificação da economia e na criação de um ambiente favorável para as empresas e o investimento, o Botswana possui políticas macroeconômicas saudáveis que ajudaram a reduzir as pressões de curto prazo para aumentar os gastos públicos de forma ineficiente.

Vale a pena mencionar que, com este exemplo, não nos propusemos a entrar em discussões morais sobre os rumos do Botswana. Nosso objetivo é chamar a atenção para o fato de que a liderança deste país o transformou em um grande milagre africano e um exemplo claro de que um Estado forte não é uma marionete nas mãos de interesses particulares, como observado por Peter (2004, p.125): "ele sabe criar estímulos seletivos e temporários para a iniciativa privada". Essas medidas, como a reforma do Estado, da economia, da saúde e da educação, constituem os eixos programáticos que contribuem para o sucesso deste país africano.

Diante de tais pontos, segundo Couto (2016), a pergunta crucial é esta: O que é que nos separa desse desenvolvimento que todos queremos? Esta é uma das possíveis conclusões que se pode sugerir, em resumo: alguns acreditam que o que falta são mais quadros, mais escolas, mais hospitais. Outros acreditam que precisamos de mais investidores, mais projetos econômicos. "Tudo isso é necessário, tudo isso é imprescindível. Mas para nós há uma outra coisa que é ainda mais importante. Essa coisa tem um nome: uma nova atitude e um novo espírito de solidariedade" (Couto, 2016, p. 33). Se não mudarmos de atitude, não pregarmos solidariedade uns aos outros, não conquistaremos um desenvolvimento sustentável para Angola. Podemos ter mais técnicos, mais hospitais, mais escolas, mais crescimento econômico, mas não seremos construtores do desenvolvimento que todos almejamos. Assim sendo, importa destacar a seguir a evolução das políticas públicas no setor de saúde e educação que constituem um pilar fundamental para a melhoria do desenvolvimento humano dos angolanos.

4.2 SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Conforme o artigo 77º da Constituição da República de Angola (Angola, 2010), a saúde pública é um direito fundamental de todos os angolanos e um dever inalienável do Estado. Assim sendo, o sistema de saúde em Angola é composto por uma rede de hospitais, clínicas e postos de saúde, tanto públicos quanto privados. No entanto, o sistema de saúde do país enfrenta muitos desafios, incluindo falta de infraestrutura adequada, falta de pessoal qualificado e falta de recursos financeiros.

O sistema de saúde público em Angola é gerenciado pelo Ministério da Saúde e é financiado pelo governo. Os serviços de saúde são oferecidos gratuitamente em hospitais e postos de saúde públicos, mas muitas vezes a qualidade do atendimento é baixa devido à falta de recursos e pessoal qualificado. Diante desse cenário, muitas pessoas em Angola recorrem a clínicas e hospitais privados para obter atendimento médico de melhor qualidade. No entanto, esses serviços são caros e muitas pessoas não têm condições financeiras para pagar por eles (OMS, 2013).

Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde tem apoiado Angola desde 2002 nos esforços para ampliar a cobertura do Sistema Nacional de Saúde público, com foco em áreas específicas. Desde a virada do século XXI, os esforços de cooperação da OMS com Angola continuam a ser direcionados para as seguintes áreas:

Apoiar o MINSA no reforço do Sistema Nacional da Saúde na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS); Melhoria das capacidades nacionais para fazer face aos desafios no setor da saúde; Fortalecimento da capacidade do Ministério da Saúde na prevenção, detecção precoce, diagnóstico, tratamento e controlo ou erradicação de doenças transmissíveis; Fortalecimento da capacidade do Ministério na planificação e expansão do acesso universal à saúde e aos cuidados primários, incluindo a saúde do adolescente, a saúde sexual e reprodutiva, assim como na redução das desigualdades de gênero (OMS, 2013, p. 33).

Apesar do sucesso obtido em alguns programas no plano de cooperação entre a OMS e o Governo de Angola 2002/2017, os principais constrangimentos e desafios na área da saúde materna e infantil em Angola são a insuficiência de recursos humanos qualificados para responder às necessidades de saúde pública em diferentes níveis (OMS, 2013).

Além disso, Angola tem apenas 1 ou 2 médicos, menos de 23 profissionais de saúde e 63 enfermeiros por 10 mil pessoas (Banco Mundial, 2018, p. 16). Considerando esse indicativo, a relação médico/habitante reflete os elevados índices de mortalidade nos hospitais públicos, além dos déficits de meios diagnósticos. Segundo as projeções da OMS, em 2020, as porcentagens recomendadas de médicos, enfermeiros e parteiras por cada 1000 habitantes para os serviços operacionais de rotina é de 4,45 mais 30% de aumento de capacidade, etc. (OMS, 2020, p.35). Esses números são inferiores aos que Angola apresenta. Diante disso, é imperioso que a reformulação do Sistema de Saúde Pública leve em conta as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, que prevê bons investimentos e profissionais qualificados, principalmente no que tange à assistência primária.

De acordo com as recomendações da OMS, quando não se investe na atenção primária os países acabam por colher óbitos precoces, uma vez que as doenças que deveriam ser combatidas nestas unidades evoluem para patologias crônicas (OMS, 2013).

Assim, de 2002 até 2017, persistiram em Angola altos níveis de mortalidade materna, infantil e dos adolescentes. Alguns indicadores do IIMS (2016) revelam que uma em cada 24 crianças morre antes de celebrar o primeiro aniversário e que uma em 15 morre antes de seu quinto aniversário (p.117). No entanto, cabe destacar que Angola alcançou também muitas realizações de que se pode orgulhar:

Só para se ter noção, de 1990 a 2016, a mortalidade materna e infantil caiu drasticamente de 1.160 para 477/100.000 e 134 para 44/1.000 nascidos vivos respectivamente (...) (Angola, 2018, p. 2).

Apesar desses esforços, os dados atuais ainda não são satisfatórios. Angola, encontra-se abaixo da média na taxa de mortalidade materna para os países de baixa e média renda. Além disso, o país tem ainda uma elevada incidência de doenças infecciosas e parasitárias com destaque para as grandes endemias, doenças respiratórias e doenças diarreicas, um nível de má nutrição ainda elevado em menores de 5 anos, epidemias recorrentes de cólera, e malária (Angola, 2018).

A falta de recursos humanos em todas áreas, desde médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório bem como um projeto devidamente estruturado na perspectiva da melhoria do sistema primário faz com que a malária constitui um dos principais problemas de saúde pública e é a primeira causa de procura de serviços de saúde. As dotações das despesas

orçamentais com a saúde têm registado pouco aumento em termos percentuais no orçamento de Estado (Quadro 3).

Os gastos com saúde pública em Angola têm sido historicamente baixos em relação ao Orçamento Geral do Estado (OGE). De acordo com CEIC (2016), entre 2008 e 2016, os gastos com saúde pública em Angola variaram de 6,7% a 4,35% do OGE. Esses números são significativamente inferiores à recomendação de Abuja de 2001.

A Declaração de Abuja, assinada por Angola e outros países africanos, estabeleceu um compromisso importante com a saúde pública. De acordo com o acordo, a saúde passaria a receber 15% das despesas totais do Orçamento Geral do Estado (OGE) anualmente (CEIC, 2016). Isso significa que os governos desses países se comprometeram a investir uma parcela significativa de seus recursos financeiros na melhoria dos sistemas de saúde e no acesso a serviços de qualidade para suas populações.

Quadro 3 - % da despesa com saúde no OGE, 2008-2016

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
%	6,7	6,3	3,7	5,02	5,14	5,29	4,35	5,05	4,35

Fonte: CEIC (2016)

No entanto, essa baixa alocação de recursos para a saúde pública em Angola tem sido um dos principais desafios enfrentados pelo sistema de saúde do país. A falta de recursos financeiros tem afetado a qualidade do atendimento médico, a disponibilidade de medicamentos e equipamentos médicos e a capacidade do sistema de saúde em atender às necessidades da população. Em consequência disso, muitas áreas rurais em Angola têm acesso limitado a serviços de saúde, o que torna difícil para as pessoas acessarem serviços de saúde em áreas urbanas. Essa situação faz com que as principais preocupações e indicadores apontam para uma situação ainda preocupante do ponto de vista dos serviços prestados e cobertura da população para cada tipo de unidade sanitária (Quadro 4).

Quadro 4 - Serviços prestados e cobertura da população para cada tipo de unidade sanitária

Unidades de saúde	Serviços prestados	População de referência
Posto de saúde I	Cuidados primários (consultas, vacinação monetização do crescimento de crianças, cuidado pré-natal, planejamento familiar e remédios essenciais)	5000
Posto de saúde II	Cuidados primários + laboratório	20.000 a 40.000
Centro de saúde	Cuidados primários + laboratório + partos (abertos 24 horas)	75.000
Centros de saúde de referência/Hospitais municipais	Segundo nível de referência. Cuidados primários+laboratório+partos+internamento+ radiologia+recuperação nutricional+ saúde oral	150.000 (rural) 500.000 (urbano)
Hospitais Central e Geral	Terceiro nível de referência cuidados primários+ laboratório+ partos+internamento+ radiologia+transfusões de sangue+internamento especializado + medicina interna+ pediatria e ginecologia e obstetrícia. Alguns hospitais gerais oferecem mais serviços	750.000

Fonte: CEIC (2016)

Sobre a qualidade dos doentes que aparecem nas unidades públicas de saúde, o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (2016) avalia que muitas vezes, eles não tiveram passagem pelas unidades básicas de saúde (centros médicos ou postos de saúde local), quando na verdade, estas patologias já deveriam ser tratadas lá. Devido à precariedade desses serviços, os pacientes preferem avançar diretamente aos hospitais de nível terciário.

Os hospitais de nível terciário, em teoria, deveriam ser utilizados apenas para casos mais complexos e que requerem internações mais longas. No entanto, essa abordagem simples não se aplica em Angola. Como resultado, os centros de saúde de referência, como os hospitais municipais e os hospitais central e geral, ficam sobrecarregados com pacientes que, em geral, poderiam ser tratados em níveis mais baixos de atendimento, como postos de saúde e centros de saúde. Esse é um problema de disfuncionalidade do sistema de saúde pública no país.

Para melhorar a situação da saúde pública em Angola, é necessário que o governo aumente significativamente os gastos com saúde pública. Isso inclui investir em infraestrutura, pessoal qualificado e recursos financeiros para melhorar a qualidade do atendimento médico em todo o país (CIEC, 2016). Além disso, é importante que o governo trabalhe em estreita colaboração com organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, para desenvolver políticas e programas que possam melhorar a saúde pública em Angola.

Em resumo, desde o fim da guerra civil em 2002, percebemos que o governo implementou dois subsistemas de saúde no país: um sistema de saúde público voltado para os pobres e outro, privado voltado para os ricos ou para pessoas de classe média. No sistema de saúde para pobres, a situação é precária. Os hospitais frequentemente não possuem medicamentos e, quando possuem, não realizam análises clínicas. Quando realizam análises, muitas vezes não possuem médicos especializados, e quando possuem, não possuem os equipamentos e materiais necessários para realizar análises e consultas.

Por vezes os hospitais solicitam aos familiares dos pacientes para irem adquirir esses produtos em farmácias ou no mercado informal.

Por outro lado, no sistema de saúde privado, a situação é bem diferente. O governo criou e custeou com dinheiro público clínicas privadas para atender a classe média e a elite política e militar do país. Os profissionais de saúde que trabalham nessas instituições muitas

vezes são proibidos de colaborar com as instituições públicas, o que agrava a falta de recursos humanos qualificados no setor público (CEIC, 2016). As maiores clínicas privadas do país possuem mais especialistas do que qualquer hospital público de referência em Angola. No entanto, esses especialistas atendem apenas uma determinada elite política e militar, o que contribui para a escassez de recursos humanos no setor público de saúde. Infelizmente, muitos dos óbitos que acontecem nos hospitais públicos em todo o país estão relacionados com essa escassez de recursos humanos.

4.3 ANGOLA: EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A educação em Angola tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, desde a independência do país em 1975. O governo angolano tem investido em políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino, aumentar a inclusão e reduzir a taxa de analfabetismo.

Apesar dos esforços, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos financeiros e a falta de professores qualificados são alguns dos principais problemas enfrentados pelo sistema educacional angolano.

Em linhas gerais, o país tem um sistema educacional de 12 anos, dividido em três ciclos: ensino primário (1ª a 6ª classe), ensino secundário (7ª a 9ª classe) e ensino médio (10ª a 12ª classe). O ensino primário é obrigatório e gratuito, mas muitas crianças ainda não têm acesso a ele. A gratuidade, segundo o artigo 11.º da Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, "traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, dentre o qual a merenda escolar, para todos os indivíduos que frequentam o ensino primário nas instituições públicas de ensino" (Angola, 2001, p. 6).

O sistema de ensino superior em Angola é composto por universidades públicas e privadas, institutos politécnicos e outras instituições de ensino superior (Fundação das Nações Unidas para a Infância, 2018). As universidades públicas são mantidas pelo governo e oferecem cursos em diversas áreas, como medicina, direito, engenharia, entre outras. Já as universidades privadas são mantidas por empresas ou organizações privadas e oferecem cursos em áreas semelhantes.

O acesso ao ensino superior em Angola é feito através de um exame nacional de admissão, que é realizado anualmente. Os estudantes que obtêm as melhores notas no exame têm mais chances de serem admitidos nas universidades públicas, enquanto os estudantes que não conseguem uma vaga nas universidades públicas podem optar por estudar em universidades privadas.

O Ministério da Educação (MED) é o principal responsável pela implementação das políticas, estratégias e planos educativos. A nível regional, existem as Direções Provinciais de Educação e as Repartições Municipais de Educação que desempenham um papel fundamental na gestão e execução das políticas destinadas ao ensino primário e ao ensino secundário (Fundação das Nações Unidas para a Infância, 2018).

Atualmente, Angola possui cerca de 90 instituições de ensino superior, entre universidades, institutos politécnicos e outras instituições de ensino superior. Dentre essas instituições, cerca de 20 são públicas e as demais são privadas (Fundação das Nações Unidas para a Infância, 2018). As universidades públicas mais conhecidas em Angola são a Universidade Agostinho Neto, a Universidade Katyavala Bwila e a Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Já entre as universidades privadas, destacam-se a Universidade Católica de Angola, a Universidade Lusíada de Angola e a Universidade Independente de Angola.

Numa perspectiva de educação para todos, apesar do esforço realizado nessa área com o advento da paz para criar as condições necessárias e promover mudanças significativas para o alcance da qualidade do ensino, desde infraestruturas e condições de trabalho, salários dignos, bibliotecas e laboratórios adequados, etc., a qualidade é um tema bastante discutido atualmente em Angola (Angola, 2010). A qualidade do ensino varia muito de região para região, sendo que as áreas rurais são as mais afetadas pela falta de recursos e professores qualificados.

A remuneração dos professores em Angola é um tema que tem gerado muita discussão nos últimos anos. Muitos professores reclamam que seus salários são baixos e que não são suficientes para cobrir suas despesas básicas. Além disso, a falta de incentivos financeiros tem levado muitos professores a abandonar a profissão, o que agrava ainda mais a crise educacional no país.

A tabela indicativa da carreira do professor do ensino primário e secundário, conforme o artigo 1º do Diário da República de Angola, mostra que um professor auxiliar do 1º Grau ganha um vencimento base de 101.078,03 kwanzas (equivalente a 120.09 USD),

enquanto um professor do ensino superior do 1º Grau ganha um vencimento base de 404.312,14 kwanzas¹¹ (Angola, 2022). Em outras palavras, o governo coloca os professores em condição de pobreza, impedindo que tenham salários que proporcionem dignidade às suas famílias. A valorização do professor é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade.

É inegável hoje que a atual estrutura educacional muitas vezes deixa a desejar, e é através dessa deficiência que surge a problemática da famosa "gasosa". De acordo com Ermelinda Liberato, a "gasosa" é um fenômeno cultural que se tornou parte da rotina dos angolanos, mas que não passa de corrupção, seja ativa ou passiva. Embora a prática seja ilegal, muitos angolanos acreditam que é uma forma de resolver um assunto ou facilitar o acesso a serviços públicos ou privados (Liberato, 2015). Nas escolas, o fenômeno da gasosa, por exemplo, acontece para pagar propina por uma vaga na matrícula ou facilitar a aprovação do aluno em troca de melhores notas. Isso é apenas um sintoma de um sistema de educação que, em muitos casos, não está funcionando como deveria.

A problemática da famosa "gasosa" vai contra os princípios da gratuidade estabelecidos na Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, e na Constituição da República de Angola de 2010.

Outro problema enfrentado pelo sistema educacional angolano é a ausência do ensino das línguas locais. Embora Angola tenha mais de 40 línguas nacionais, o ensino é feito apenas em português, a língua oficial do país. Isso tem levado muitos estudantes a terem dificuldades em acompanhar as aulas e a se sentirem desmotivados em relação à escola.

Como consequência, as famílias que querem colocar seus filhos nas escolas estatais são obrigadas a colocá-los em estabelecimentos onde se ensina unicamente, e com material de apoio, em Língua Portuguesa. Levando em conta a realidade nacional, muitas crianças encontram imensas dificuldades de aprendizado, pois, além das dificuldades normais do ensino, ainda precisam aprender uma nova língua (Cruz, 2014). A falta de ensino das línguas locais também tem um impacto negativo na preservação da cultura e da identidade angolanas. Muitos jovens estão perdendo o contato com suas raízes culturais e linguísticas, o que pode levar a uma perda da diversidade cultural do país.

Finalmente, a política de merenda escolar é uma questão importante para garantir a nutrição adequada dos alunos e, conseqüentemente, melhorar o desempenho escolar. Em

¹¹ Pouco mais de 568,61 USD.

Angola, a política de merenda escolar tem sido alvo de críticas devido à sua falta de efetividade e à sua implementação inadequada. Uma das principais causas da inefetividade da política de merenda escolar em Angola é a corrupção institucionalizada. A corrupção tem afetado a capacidade do governo de investir em programas sociais, como a merenda escolar, prejudicando a qualidade da educação e o bem-estar dos estudantes. (Cruz, 2014). As consequências da falta de uma política de merenda escolar efetiva são graves. Muitos alunos vão para a escola com fome e não têm acesso a uma alimentação adequada durante o dia. Isso afeta diretamente o desempenho escolar, a concentração e a capacidade de aprendizado dos alunos.

Outra consequência da falta de uma política de merenda escolar efetiva é o aumento da evasão escolar. Muitos alunos abandonam a escola porque não têm acesso a uma alimentação adequada durante o dia. Isso é especialmente comum em áreas rurais, onde a falta de infraestrutura e a pobreza são mais prevalentes.

Com os pontos acima listados, entende-se que este grupo cria um engarrafamento no subsistema de ensino primário. Com relação à taxa de conclusão do ensino primário, Angola é o país da África Subsariana que apresenta uma taxa de conclusão inferior a 50%. Ou seja, das crianças entre 6 a 11 anos, 1,7 milhões encontram-se fora do ensino primário, e a situação piora entre as crianças de 12 a 18 anos, das quais 3 milhões estão fora do ensino secundário correspondente à sua idade (UNPAF, 2020).

Para melhorar a política de merenda escolar e o combate ao abandono escolar em Angola, é necessário investir mais recursos financeiros e melhorar a gestão dos recursos públicos. Além disso, é importante envolver a comunidade escolar, incluindo pais, professores e alunos, na implementação e monitoramento da política de merenda escolar. Isso pode ajudar a garantir que a política seja implementada de forma efetiva e que os alunos recebam uma alimentação adequada durante o dia escolar.

No entanto, há também pontos positivos a serem destacados. O governo angolano tem investido em programas de alfabetização para adultos, o que tem ajudado a reduzir a taxa de analfabetismo no país (Angola, 2018). Esses programas têm sido fundamentais para proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para a população adulta, que muitas vezes não teve acesso à educação formal durante a guerra.

Os programas de alfabetização para adultos têm sido implementados em todo o país, com a participação de organizações governamentais e não governamentais. Esses programas

oferecem aulas de alfabetização básica, bem como cursos de formação profissional, que ajudam a melhorar as habilidades e a empregabilidade dos participantes.

Os resultados desses programas têm sido significativos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, a taxa de analfabetismo no país caiu de 67% em 2000 para 32% em 2017. Isso representa uma melhoria significativa na qualidade de vida e nas oportunidades de trabalho para muitos angolanos (Instituto Nacional de Estatísticas, 2017). No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os angolanos tenham acesso à educação e às oportunidades de desenvolvimento que merecem.

Somando-se ao acima referido, Angola está atrasada quando se trata da inserção da tecnologia no sistema de ensino. O fato de observarmos nas salas de aula professores que ministram no modelo tradicional aos alunos do século XXI remete-nos a muitas indagações. Por exemplo, foi notória a ausência do uso de tecnologia em escolas públicas e privadas no ensino primário e secundário durante o período pandêmico.

Todavia, o que falta neste caso é a vontade política dos órgãos de decisão do país. Os gestores das coisas públicas precisam de injetar os recursos financeiros necessários para mudar esse quadro de estagnação com que se encontra o sistema de educação e ensino de Angola (Quadro 5).

Quadro 5 - Angola – Despesa pública com educação 2000 a 2017

Ano	Despesa com com educação (M. €)	Despesa com educação (% orça.)	Despesa educação %PIB	Despesa com educação per c.
2017	2.664,5	6,76%	2,47%	94 €
2016	2.516,9	6,55%	2,75%	92 €
2015	3.651,7	8,92%	3,49%	137 €
2014	3.214,3	7,13%	2,93%	124 €
2013	3.985,8	9,69%	3,87%	159 €
2012	3.267,6	9,86%	3,28%	134 €
2011	2.605,0	8,96%	3,24%	110 €
2010	2.162,7	8,68%	3,42%	94 €
2006	951,8	7,45%	2,28%	47 €
2005	630,0	7,99%	2,12%	32 €
2000	315,2	5,26%	2,61%	18 €

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em Countryeconomy (2023)

De acordo com os dados do quadro acima, o orçamento para a educação em 2017 é de cerca de 6,76% do orçamento total do país. Embora esse número represente um aumento em

relação aos anos anteriores, ainda está muito abaixo das recomendações da Declaração de Dakar, que recomenda que os países africanos destinem pelo menos 20% de seus orçamentos nacionais para a educação. A Declaração de Dakar é um compromisso assumido por países africanos em 2000, que visa garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos do continente. A falta de investimento na educação em Angola tem consequências significativas para a qualidade da educação no país. A falta de recursos financeiros significa que muitas escolas não têm a infraestrutura necessária para oferecer uma educação de qualidade, e muitos professores não recebem o treinamento e o apoio necessários para ensinar de forma eficaz.

Além disso, o baixo orçamento em educação impede o desenvolvimento dos programas educacionais, o que acaba prejudicando o desempenho dos alunos nas zonas rurais. A partir dessas observações, Angola pode melhorar ainda mais os resultados alcançados até o presente momento. Conforme constatou o Fundação das Nações Unidas para a Infância:

As atribuições de Angola para a educação devem ser aumentadas para os 20% estipulados nos seus compromissos internacionais (Compromisso de Dakar, 2000), para que o país atinja o 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o da “Educação de Qualidade”. Atualmente, com menos de 7% da despesa total para o setor, Angola encontra-se muito abaixo de outros países da região da África Austral (Quadro 5). A título de comparação, em 2017, o Zimbábue alocou 24,5% do seu Orçamento Geral do Estado (OGE) à educação, a vizinha Namíbia 19,4% e o Malawi 17% (Fundação das Nações Unidas para a Infância, 2017, p.3).

A qualidade é essencial no processo de ensino e aprendizagem. Considerando esse indicativo, em Angola, se houvesse mais investimento, haveria uma grande probabilidade de se atingir um novo patamar. Contudo, é importante ressaltar que não basta apenas investimento, mas também um esforço no sentido de uma grande mudança para que a educação seja colocada no topo das prioridades.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um compromisso renovado do governo em investir na educação e nos professores. Isso inclui aumentar a remuneração dos professores e fornecer incentivos financeiros para aqueles que desejam permanecer na profissão. Além disso, é importante que o ensino das línguas locais seja incorporado ao currículo escolar, a fim de promover a diversidade cultural e linguística do país. Somente com essas medidas será possível melhorar a qualidade da educação em Angola e garantir um futuro melhor para as próximas gerações. O governo angolano deve trabalhar para aumentar o orçamento para a

educação e garantir que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e transparente, para que todos os cidadãos possam ter acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, o estudo demonstrou que o desenvolvimento humano é um conceito amplo que engloba diversos aspectos da vida das pessoas, como saúde, educação, renda, acesso a serviços básicos e qualidade de vida. Para Sen (2010), o verdadeiro objetivo do desenvolvimento é capacitar as pessoas a terem liberdade de escolha e oportunidades para viver uma vida digna, incluindo acesso a serviços básicos de saúde e educação, liberdade política, igualdade de gênero, entre outros. No entanto, Peter Evans (2004) também ressalta a responsabilidade do Estado em criar e implementar políticas públicas que promovam o crescimento econômico, reduzam a pobreza e melhorem as condições de vida da população. Além disso, destaca-se a importância da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento, com o Estado sendo responsável perante a população e garantindo transparência, prestação de contas e participação democrática na formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse contexto, a pesquisa identificou que, vinte e um anos após o fim da guerra civil, Angola enfrenta dois (2) principais desafios a serem resolvidos no médio e longo prazo. O primeiro é a necessidade de resolver o modelo de crescimento insustentável do país, ainda baseado no setor petrolífero. Apesar do boom econômico vivido entre 2002 e 2008, impulsionado pela alta dos preços do petróleo, a experiência angolana não se concretizou em uma paz social que permitisse remover as principais fontes de privações das liberdades dos angolanos, como a oportunidade de morar de modo apropriado, ter acesso a água tratada, saneamento básico e um sistema bem planejado de assistência médica.

Além disso, a dependência do petróleo como principal fonte de receita do país torna a economia vulnerável às flutuações do mercado internacional de petróleo. Isso significa que quando os preços do petróleo caem, a economia angolana sofre um grande impacto. Segundo, é necessário combater as assimetrias na distribuição do Orçamento Geral de Estado para a educação e saúde, conforme recomendado em acordos de organizações regionais e internacionais, dos quais Angola é signatária há mais de 21 anos. Para um país em via de

desenvolvimento, como Angola, existem diversos fatores que podem influenciar o desenvolvimento humano e impulsionar o progresso socioeconômico.

Um dos principais fatores é o investimento em educação. Um sistema educacional robusto e acessível é fundamental para capacitar a população e fornecer as habilidades necessárias para o mercado de trabalho. Além disso, a educação desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de gênero, no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Outro fator importante é o acesso a serviços básicos de saúde. Um sistema de saúde eficiente e acessível é essencial para garantir o bem-estar da população, reduzir a incidência de doenças e, assim, ter uma força de trabalho mais produtiva. Investimentos em infraestrutura de saúde, programas de prevenção e acesso a medicamentos são fundamentais para melhorar os indicadores de saúde e aumentar o desenvolvimento humano.

Para terminar, os dados observados ao longo deste trabalho, fundamentalmente relacionados ao IDH, ajustado para as desigualdades internas de educação, saúde e renda, apontam no sentido de que, após a conquista da paz, a pobreza e a desigualdade são o maior obstáculo ao desenvolvimento humano de Angola. Assim, a nossa principal conclusão é que, com a conquista da paz, o governo de José Eduardo dos Santos (MPLA), sem políticas sociais integradas e com fortes índices de crescimento econômico, exibiu uma impiedosa estabilidade da miséria no país, no pós-guerra civil. A razão desta conclusão é que a pobreza extrema em Angola é reflexo do modelo de desenvolvimento adotado pelo país no contexto do neoliberalismo e da globalização capitalista a partir dos anos 90. Os resultados aqui apresentados mostram que, independentemente dos esforços e dos programas das mais variadas políticas do Estado com vista a responder à questão do crescimento económico sustentado, a disfuncionalidade do Estado aparece como obstáculo na promoção do desenvolvimento social e económico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos A.J.de. **Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo**. 2013. 80 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2013.

ANGOLA. Dos protos-estados pré-coloniais ao nascimento do Estado-Nação. **Folha8**, Angola, 1 set. 2015. Disponível em: <https://jornalf8.net/2015/angola-dos-proto-estados-pre-coloniais-ao-nascimento-do-estado-nacao/>. Acesso em: 14 out. 2021.

ANGOLA. [Constituição (2010)]. **Constituição da República de Angola**. Luanda, Angola, 2010. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/84536/94065/F466903017/AGO84536.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ANGOLA. **Balanco da implementação da 2ª reforma educativa em Angola**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/83471846-1-balanco-da-implementacao-da-2a-reforma-educativa-em-angola.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ANGOLA. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ANGOLA. Casa Civil. **Contribuição do sector saúde para o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022**. (Versão submetida ao Ministro e Chefe da Casa Civil em resposta ao ofício 3127/GAB.CHEFE CASA CIVIL/PR/013/2016). Luanda, Angola, 31 out. 2016.

ANGOLA. Ministério da Educação. **Projeto de empoderamento das raparigas e aprendizagem para todos (PAT II)** Projecto n. 168699. Luanda, Angola, fev. 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/605721613699387368/pdf/Environmental-and-Social-Management-Framework-ESMF-Girls-Empowerment-and-Learning-for-All-Project-P168699.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANGOLA. Ministério da Educação. **Relatório da fase de experimentação do ensino primário e do 1º ciclo do ensino secundário**. Luanda, Angola, set. 2010.

ANGOLA. Ministério das Finanças. **Programa de apoio à produção, diversificação das exportações e substituição de importações - PRODESI**. Luanda, Angola, jan. 2018.

ANGOLA. Ministério das Finanças. **Estratégia de endividamento de médio prazo (2019-2021)**. Luanda, Angola, mar. 2019. Disponível em: www.ugd.minfin.gov.ao. Acesso em: 28 jan. 2023.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. **Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Luanda, Angola, set. 2010. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/angola_2010.pdf. Acesso em: 03 set. 2022.

ANGOLA. Ministério da Saúde. **Contribuição do sector saúde para o plano nacional de desenvolvimento 2018-2022**. Luanda, Angola, 31 out. 2016.

ANGOLA. **Planejamento nacional de desenvolvimento sanitário 2012-2015**. Luanda, Angola, abr. 2014.

ANTÓNIO, E. L. **O sucessivo endividamento público e o crescimento económico angolano**: estudo de caso. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária e Financeira) - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Economia, Lisboa, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Angola**: revisão das despesas públicas. 20 dez. 2007. (Relatório n. 39710 – AO). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/fr/779511468191369187/pdf/397100v21Angola0PER0Portuguese.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Recuperação econômica de Angola e desafios futuros**. 2013. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/publication/angola-economic-update-angola-s-economic-recovery-and-challenges-ahead>. Acesso em: 15 jun. 2023

BANCO MUNDIAL. **Investimento no capital humano em Angola**: uma revisão dos indicadores nutricionais no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/946531620813658032/pdf/Uma-Revis%C3%A3o-dos-Indicadores-Nutricionais-no-Plano-de-Desenvolvimento-Nacional-PDN-2018-2022.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

BANCO MUNDIAL. **Proposta do quadro de parceria para Angola 2020-2025**. 2019. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/851021560866025296-0010022019/original/OnlineConsultasQuadrodeParceriaAngola20202025.0.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BANCO MUNDIAL. Angola: **Diagnostico sistemático nacional**: criar ativos para os pobres. Disponível em: <https://catalogobib.parlamento.pt:82/plp/Catalogo/winlibsrch.aspx?skey=C040619F2AE740D5892E176ABD8AD5DE&cap=&pesq=5&thes0=6697&dtype=mosaico&nohist=true&doc=187108>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Diagnóstico sistemático nacional**: criar ativos para os pobres. dez. 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/438231553065261474/pdf/135196-Portuguese-SCD-final-pt.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Relatório de inflação - IV trimestre de 2016**. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/publicacoes-e-media/relatorios/relatorios-de-analise-de-conjuntura/detalhe/207>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BANCO-BIC-**Internacionalização da economia angolana**. Lisboa, jun. 2014. Disponível em: <http://www.ppa.pt>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril, 1984.

BATSÍKAMA, Patrício. **Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola**. Luanda: Mayamba, 2016.

CARNEIRO DE SOUSA, Ivo. **China e Angola: trinta anos de relações diplomáticas**. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279199125_China_e_Angola_Trinta_anos_de_Relacoes_Diplomaticas. Acesso em: 20 set. 2022.

CARVALHO, Paulo de. Nação e etnia em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 1, p. 61-71, 2008.

CCIPA. **Angola mais negócios, mais oportunidades**. Angola: Câmara de Comércio e Indústria, 2020. Disponível em: <http://www.cciportugal-angola.pt/wp-content/uploads/Anua%CC%81rio-CCIPA-2019-2020-net.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). **Relatório social de Angola 2013**. Luanda: Angola: Universidade Católica de Angola, fev. 2013.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). **Segundo relatório sobre as relações China-angola à luz das 8 iniciativas propostas na cimeira de beijing do fórum para a cooperação China-África (focac 2018)**. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola, jan. 2020.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). **Relatório económico e relatório social de Angola 2010**. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola, 6 jun. 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). **Relatório económico de Angola 2019-2020**. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola, 2021. Disponível em: www.ceic-ucan.org. Acesso em: 20 ago. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). **Relatório económico de Angola 2015**. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola, 2016.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano? e outras intervenções**. São Paulo: Companhia das Letras, nov. 2016.

CPSD. **Angola: Diagnóstico do Sector Privado do País (CPSD)**. [S.l.]: International Finance Corporation, 2019. Disponível em: www.ifc.org. Acesso em: 24 dez. 2022.

CROESE, Sylvia; Ovadia, J. Salah. **Angola no pós-guerra: a natureza bifacetada do crescimento sem desenvolvimento num estado rico em petróleo**. Lisboa: [S.n], 2017.

CRUZ, Domingos da (org.). **África e direitos humanos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 734 p.

CYPHER, James M; Dietz, James L. **O Processo de desenvolvimento econômico**. São Paulo: [S.n], set. 2008.

DALA, Nuno A. **Desenvolvimento humano em Angola de 2002 a 2017: 15 anos de paz e de má qualidade de vida**. 2018. Disponível em: www.ntpinto.files.wordpress.co. Acesso em: 20 nov. 2022.

DIONÍSIO, T. Bossa. **A economia angolana**. dez. 2017. Disponível em: www.eaglestone.eu. Acesso em: 5 jun. 2023.

DOMINGOS, A. A. X.; BRITO, A. S.; PAULA, R. Z. A. de. Mercado de trabalho em Angola: dinâmica contemporânea e informalidade / Labor market in Angola: contemporary dynamics and informality. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 13827–13837, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n3-301. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7867>. Acesso em: 24 nov. 2022.

EVANS, Peter B. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

EVANS, Peter B. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28/ 29, p. 107-156, 1993.

EVANS, Peter B. Análise do estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n.4, jul. /dez. 1998.

FELINO, Luísa T; CARVALHO, Paula G; DUARTE, Vânia P. **Angola responde à queda dos preços do petróleo**. Lisboa, 10 set. 2015. Disponível em: http://www.cciportugal-angola.pt/wp-content/uploads/estudo-BPI_Angola.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

FMI. **Relatório nacional do FMI no. 14/275P sobre Angola**. set. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Countries/AGO>. Acesso em: 5 fev. 2022.

FMI. **Relatório nacional do FMI no. 22/11 sobre Angola**. jan. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Countries/AGO>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FONSECA, Sammy Cesar Chaves da. **Fundamentos de estatística**. Cuiabá: UFMT, 2015.

FRADE, A.M.D. **A corrupção no Estado pós-colonial em África: duas visões literárias**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade Porto. 2007.

FUKUDA-PARR, Sakiko. **Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos—o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano**. Florianópolis: Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2002.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GIP 2022. **Governo inclusivo e participativo**. Programa Unita 2022-2027, Luanda, 2022.

GREBMER, K. V. *et al.* **IGF - Índice Global da Fome 2021: fome e sistemas alimentares em cenários de conflito**. out. 2021. Disponível em: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/pt/2021.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, A. O. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. *In*: HIRSCHMAN, A. O. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IIMS. **Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016**: relatório final. [S.l.], jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Características dos jovens em Angola**. Luanda, Angola, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Índice de pobreza multidimensional de Angola**. Luanda, Angola, jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Inquérito de indicadores múltiplos de saúde**. Luanda, Angola, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Publicação de indicadores sobre emprego e desemprego 2018/2019**. Luanda, Angola. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Publicação de indicadores sobre emprego e desemprego 2018/2019**. Luanda, Angola, abr. 2019. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao>. Acesso em: 20 set. 2022.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. *In*: MACEDO, José Rivair (org). **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 159-179. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LIBERATO, Ermelinda. **O antes, o agora e o depois**: Angola 40 anos depois. Lisboa: Mulemba, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/1775?lang=en>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MAKAANGOLA. **Um novo contrato social para a educação em Angola**. Maka-Angola, 2022. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2022/08/um-novo-contrato-social-para-a-educacao-em-angola/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MAKAANGOLA. **Diversificação da economia**: realidade ou utopia? Maka-Angola, 2022. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2022/01/diversificacao-da-economia-realidade-ou-utopia/>. Acesso em: 04 mar. 2022.

MAKAANGOLA. **O problema da desvalorização do Kwanza**. Maka-Angola, 2018. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2018/10/o-problema-da-desvalorizacao-do-kwanza/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MENEZES, Soleval. **Mamma Angola**: sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: USP; Fapesp, 2002.

NAÇÕES UNIDAS ANGOLA. **Quadro de cooperação entre o governo de Angola e as Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF) 2020-2022**. Disponível em: <https://angola.un.org/sites/default/files/2020-10/Doc-UNSDCF-Angola-PT-0804.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

NIERDELE, P. A.; CARDONA, R. C. R.; FREITAS, T. D. Hirschman e a economia do desenvolvimento. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRG, 2016.

OMS. **Análise dos recursos humanos da saúde (RHS) nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)**. 2010. Disponível em: https://www.who.int/eportuguese/publications/OMS_Analise_RHS_PALOP.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

OMS. **Avaliação externa conjunta das principais capacidades do RSI da República de Angola**: relatório de missão, 18-22 nov. 2019. Genebra, 2020.

OMS. **Relatório da situação: febre amarela**. jul. de 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/246242/yellowfeversitrep-21Jul16-por.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OMS. **Representação em Angola**: relatório de 2012-2013. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola_bianual-health-report-2012-2013.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

PATRICK, Bond. **A Pilhagem na África**: a economia da exploração. Rio de Janeiro: Instituto ComÁfrica, 2007. Disponível em: www.comÁfrica.org. Acesso em: 7 nov.2023.

PAULO, Francisco. **Em quanto as importações dificultam o crescimento da economia em Angola?** Angola: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, 2012.

PDN. **Investimento no capital humano em Angola investir nas pessoas para o crescimento**: uma revisão dos indicadores nutricionais no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022. Luanda, Angola, 2018.

PNUD. **A ascensão do Sul**: progresso humano num mundo diversificado - relatório do desenvolvimento humano. Luanda, Angola, 2013.

PNUD. **Angola registra progressos no desenvolvimento humano e desafios na mitigação das desigualdades**. Luanda, Angola, 20 set. 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/angola-regista-progressos-no-desenvolvimento-humano-e-desafios-na-mitiga%C3%A7%C3%A3o-das-desigualdades>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PNUD. **Avaliação da contribuição do PNUD para os resultados de desenvolvimento em Angola**. Luanda, Angola, ago. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Videos/ADR_Angola_2013-portugese.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

PNUD. **Calculating the human development indices graphical presentation.** Human Development Report. Luanda, Angola, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/technical-notes-calculating-human-development-indices.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano. A próxima fronteira:** o desenvolvimento humano e o Antropoceno Luanda, Angola, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2020ptpdf.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

ROCHA, Alves. **As perspectivas do crescimento de Angola até 2020.** Luanda, Angola: CEIC, nov. 2014. (Working paper, n. 2).

ROCHA, Manuel J.A. Da. **Desigualdades e assimetrias regionais em Angola – os fatores de competitividade territorial.** Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola – Centro de Estudos e Investigação Científica, ago. 2010.

ROSENFELD, D. Lerrer. **Justiça, democracia e capitalismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROSSI, Pedro; FURNO, Juliane. **Economia para a transformação social.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.

SANTOS, Adriano dos. A construção do estado-nação em Angola: o caso da angolanidade religiosa. **Revista Historia**, São Paulo, v.10, n.19, 2023. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2388>. Acesso em: 22 set. 2023.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v.23, n. 1, jun. 2001. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/es/revista/estudios-afro-asiaticos/articulo/economia-democracia-e-justica-em-angola-o-efemero-e-o-permanente>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SERRAT-CAPDEVILA, Aleix; Natalia L; Javier Marzo-Artigas; Marcus W. Bruno P. **Resiliência à seca e segurança hídrica no sul de Angola.** Luanda, Angola: The World Bank, fev.2019.

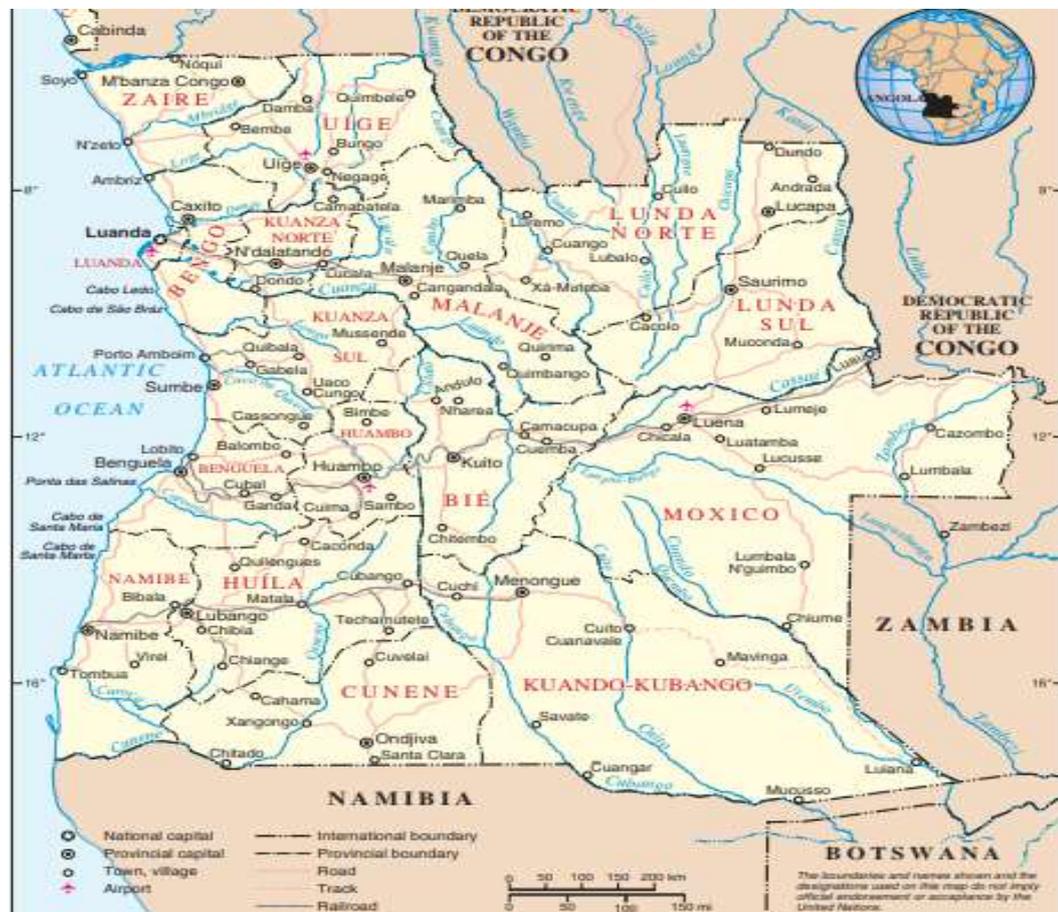
UNICEF. **Educação no OGE 2017.** Disponível em: <https://www.unicef.org/esa/media/741/file/UNICEF-Angola-2017-Education-Budget-Brief.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

UNPAF. **Quadro de parceria entre o governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) 2015 – 2019.** Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola_unpaf-angola--8-july-2014-port-final.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

YEROS, Paris. **Um novo Bandung na atual crise.** 2021. Disponível em: <https://parisyeros.files.wordpress.com/2021/02/a-new-bandung-in-the-current-crisis.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANEXOS

ANEXO A - MAPA 1: DIVISÃO DE PROVÍNCIAS E COMUNAS



Fonte: Nações Unidas (2008)

Ao observar o mapa físico de Angola, nota-se que as províncias de Luanda e Bengo são as principais metrópoles do país, exercendo um efeito polarizador significativo sobre o território nacional. Essas regiões representam um mosaico interétnico e intercultural único no país. Na região Norte, as províncias de Cabinda e Zaire exploram o petróleo, o recurso natural mais importante do país, e unem as duas principais etnias da área em um esforço conjunto de desenvolvimento e integração social e política (Rocha, 2010).

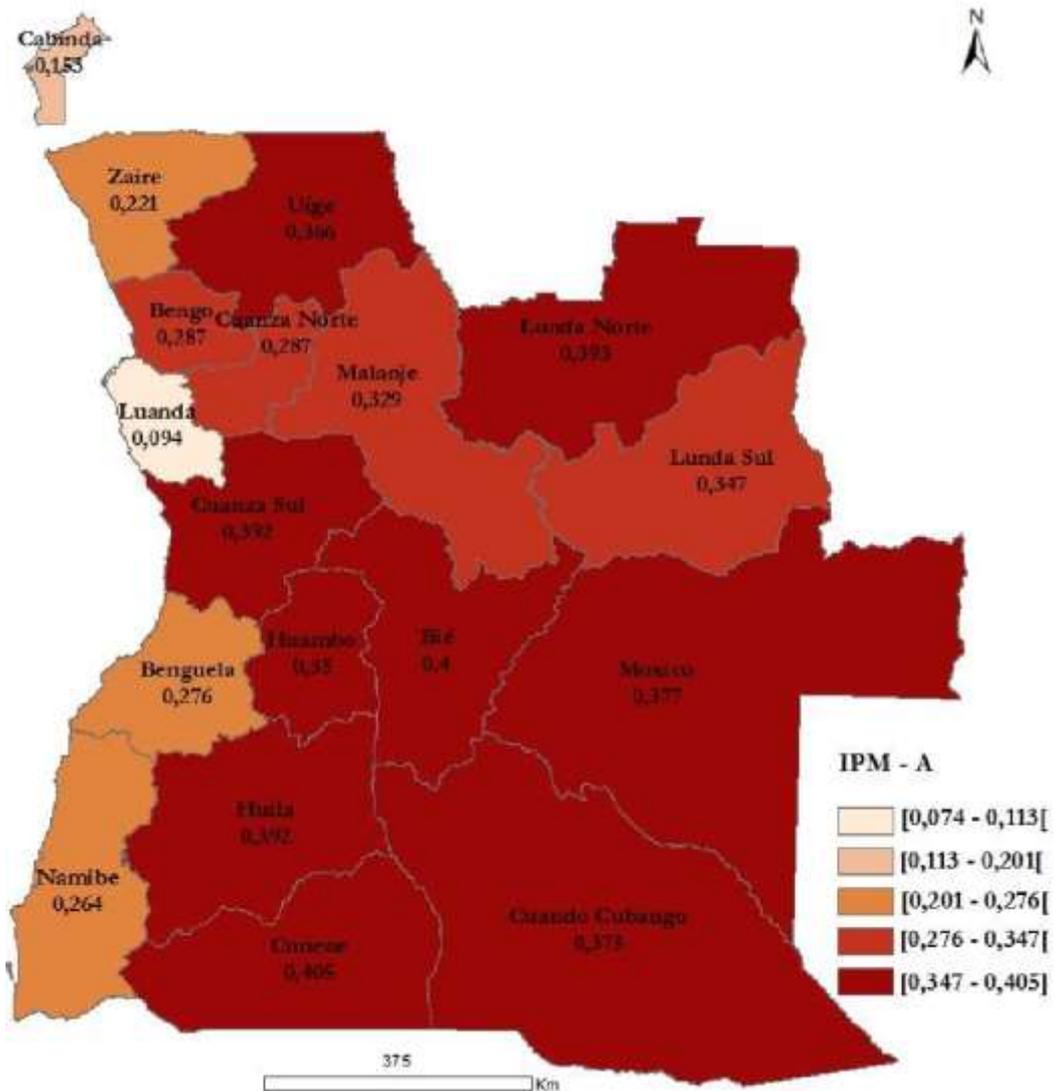
A região Centro/Leste abriga as províncias produtoras de diamantes e energia elétrica, dois recursos essenciais para o desenvolvimento do país. Nessa região, duas das etnias mais importantes de Angola interagem e representam mais de 14% da população total do país (Rocha, 2010). Essa região possui a maior extensão territorial e a província de Malanje pode

desempenhar um papel polarizador e promover o crescimento econômico, servindo como uma área de ligação entre o litoral e o leste do país.

A região Centro/Oeste é considerada a grande reserva agrícola e pesqueira do país, com a segunda maior concentração populacional após Luanda e Bengo (30% em 2007). Essa região possui um enorme potencial para o desenvolvimento de um setor agroindustrial forte, capaz de atender às necessidades do mercado interno e de exportação. É uma região interétnica, onde coexistem pelo menos oito das etnias presentes em Angola (Rocha, 2010).

Por fim, a região Sul é composta apenas por duas províncias com capacidades e habilidades semelhantes, sendo a província da Huíla a mais destacada.

**ANEXO B - IPM-A, INCIDÊNCIA E INTENSIDADE POR PROVÍNCIA
CARTOGRAMA 1 - POBREZA MULTIDIMENSIONAL, IIMS 2015-2016**



Fonte: INE (2020)

De acordo com o Anexo B, em Angola as grandes disparidades das taxas de pobreza são verificadas geograficamente. Segundo o relatório do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A, 2020), a taxa de incidência da pobreza multidimensional na área rural é de 87,8%, mais do que o dobro da taxa de incidência na área urbana (35,0%). Além disso, constata-se que as províncias mais pobres exibem não apenas uma maior proporção da população que vive em pobreza multidimensional, mas também uma elevada intensidade da pobreza. As províncias do Bié, Cunene, Lunda Norte, Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza Sul e Huambo apresentam uma taxa de incidência da pobreza superior a 70% (INE, 2020). Por outro lado, a província de Luanda apresenta a menor taxa de incidência de pobreza, com 23,7%.